DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, terça-feira, 7 de janeiro de 1975. ANO VIII - Nº 3

SHIS atinge em dezembro uma soma positiva de realizações

As realizações do Governo do Distrito Federal por intermédio da SHIS, durante o mês de dezembro último, foram, na área da Diretoria Financeira. Posto de Arrecadação do Guará II, que se encontra em funcionamento desde setembro, já se encontrando em fase de instalação o posto de Taguatinga, no centro comercial daquela cidade-satélite.

Tais postos visam ao melhor atendimento aos usuários dos serviços da empresa, vez que, anteriormente, como não havia um núcleo de informações, a cobrança era distribuída pela rede bancária particular sem qualquer critério de zoneamento.

Acha-se em fase de implantação o Centro de Processamento de Dados, que deverá oferecer melhor atendimento aos mutuários, bem como substancial redução dos custos operacionais da empresa. Dentre as melhorias, estará o lançamento da cobrança de prestações pelo sistema de carnês, o que possibilitará opções de pagamento na agência bancária da rede oficial, bem como em todos os postos de arrecadação da empresa.

DIRETORIA TÉCNICA

No campo de ação da Diretoria Técnica, paralelamente à construção de unidades habitacionais, foram executados projetos para ampliações de casas já construídas e entregues pela SHIS, visando a facilitar aos moradores as providências necessárias quando pretendam ampliar as respectivas residências.

Assim é que, em todas as Administrações Regionais onde já foram construídas casas pela SHIS, esteve um arquiteto com intuito de verificar a viabilidade da idéia.

A receptividade por parte dos Administradores foi a melhor possível, estando os projetos em fase de análise no CREA, também com vistas à maior facilidade dos mutuários interessados nessas ampliações.

OBRAS CONCLUIDAS

Eis as obras realizadas em 1974: 6 blocos de apartamentos no Guará I, para a ECT, 2 blocos de apartamentos no SHCGN, para a ECT, 1 bloco de apartamentos na SQN-202 para a ECT, 265 casas em Taguatinga, para a ECT, 2 blocos de apartamentos na SQN-202, para a Câmara, 200 casas no Guará II para o Ministério das Relações Exteriores, 51 casas no Guará II para o TCU, 50 casas em Taguatinga, para o TCU, 2 blocos de apartamentos na SQN-202, para o Grupo Habitacional Marechal Bitencourt, Anexo IV do Brasília Pálace (reforma), para o DETUR: 25 casas no Guará II, para DNEF, Ed. sede SHIS (recursos próprios), 36 apartamentos no Guará I (recursos próprios), 76 casas no Gama com (recursos do BNH), 1.809 casas na L-Norte de Taguatinga, (recursos do BNH).

CONCLUSÃO

Estão em fase de conclusão: um bloco de apartamentos no SHCGN, para a ECT, 156 casas no Setor J-Norte de Taguatinga, para a INCRA, 72 apartamentos no Guará I, com recursos próprios, e 371 casas na L-Norte Taguatinga, com recursos do BNH.

OBRAS INICIADAS

Foram iniciadas as seguintes obras: um bloco com 48 apartamentos na SQN-210 (recursos próprios), 17 blocos com 444 apartamentos na SQDN 415/16, (recursos próprios), 1 galpão para a SHIS na SIA (recursos próprios).

DIRETORIA IMOBILIÁRIA

Foram realizadas inscrições de 64.000 candidatos à aquisição de casas e apartamentos, as quais são feitas, em caráter permanente, para onde houver disponibilidade, ou seja, o candidato inscrito será convocado, a qualquer tempo, para receber a sua casa ou apartamento desde que classificado e preencha os requisitos estabelecidos.

A diferença fundamental entre o sistema atual e o anterior é que, antes, a inscrição era apenas para um determinado grupo de casas; finda a entrega destas casas, cessava qualquer vínculo do candidato com a empresa.

Procedeu-se, ainda a entrega de cerca de duas mil casas e trinta e seis apartamentos no Guará I, estando em fase de processamento para entrega quatrocentas unidades na L-Norte e trinta e dois apartamentos no Guará I.

GDF promove recuperação e duplicação de rodovias

Várias obras de interesse público, especialmente em relação à cidade-satélite do Gama, foram contratadas pelo Governo do Distrito Federal, na área da Secretaria de Viação e Obras, do DER-DF.

Assim é que já está contratada com a EGESA a execução de trabalhos rodoviários compreendendo a restauração e o recapeamento asfáltico do trecho entre o viaduto do Núcleo Bandeirante e a EPCT (DNER).

Os serviços abrangerão uma extensão de aproximadamente 14 Km de pista dupla, correspondentes, pois, a 28 Km de pista simples, e deverão estar concluídos em 240 (duzentos e quarenta) dias, com custo estimado em doze milhões de cruzeiros.

Após a conclusão desses serviços, serão feitos o ajardinamento e a arborização do canteiro central, e, ainda, a sinalização com tinta refletiva.

CATETINHO - GAMA

A Estrada-Parque do Ipê com a Rodovia DF. 16 que é a mais importante para o Gama, será totalmente restaurada, duplicada e sinalizada proporcionando-se, assim, um tráfego livre, confortável e seguro, em toda a sua extensão de 10 Km de pista dupla.

Os serviços compeenderão a restauração e o recapeamento das pistas existentes, bem como a conclusão das obras de duplicação.

O contrato para a execução dos trabalhos já foi assinado pelo DER-DF com a SERVENG - CIVILSAN S/A, com prazo de conclusão estipulado em 180 (cento e oitenta) dias, importando em um investimento de cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros.

Fundação já abriu inscrições para concurso de professores

Encontram-se abertas, desde ontem, as inscrições aos concursos para professores de 1º e 2º Graus, da Fundação Educacional do Distrito Federal podendo os interessados inscrever-se até o próximo dia 21, no andar térreo do Anexo do Palácio do Buriti, das 8:30 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 horas.

Para o ensino de 1º Grau serão realizadas provas para professor de 1ª a 4ª séries e de 7ª a 8ª séries, as quais já estão marcadas para o dia 25 próximo, no Ginásio de Esportes do Centro Desportivo Presidente Médici, às 8:30, enquanto as do 2º Grau terão lugar às 15 horas, do mesmo dia.

INSCRIÇÃO

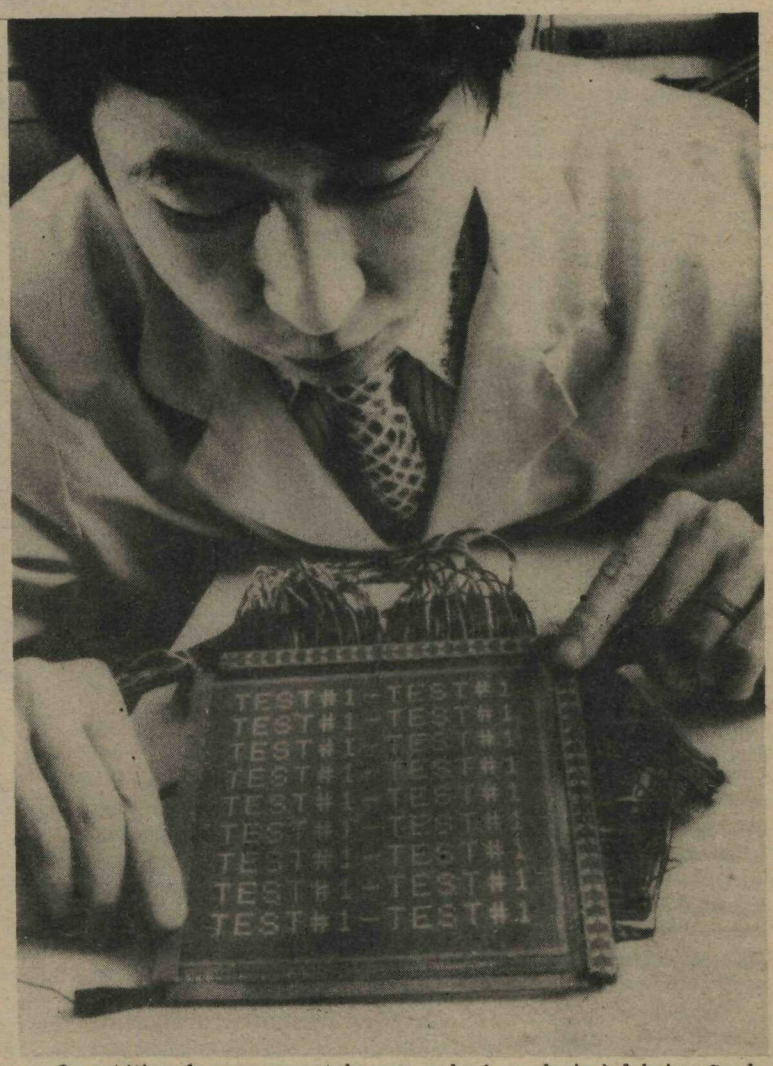
Os candidatos deverão apresentar, no ato da inscrição: prova de identidade; título de eleitor; prova de estar em dia com o Serviço Militar; duas fotos 3x4; fotocópia autenticada do diploma de professor em nível Colegial (2º Ciclo) para candidatos do 1º Grau; e fotocópia autenticada de habilitação legal para o exercício do magistério, para candidatos do 2º Grau; e comprovante de depósito de 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) a favor da Fundação Educacional do Distrito Federal, no Banco Regional de Brasília, Agência Buriti.

1º GRAU

A jornada de trabalho, para professores de 1ª a 4ª séries do 1º Grau será de vinte horas semanais mais quatro horas de trabalhos complementares semanais, até o máximo de dezesseis horas mensais; os vencimentos serão de 819,00 (oitocentos e dezenove cruzeiros), mais 9,10 (nove cruzeiros e dez centavos) por hora de trabalho complementar efetivamente prestado, mais 12% (doze por cento) sobre o salário-base.

2º GRAU

Os candidatos ao concurso para professores do 2º Grau poderão inscrever-se para as seguintes áreas: Contabilidade e Custos, Comunicações, Administração e Controle, Biblioteconomia e Documentação, Construção, Eletricidade, Eletrônica, Eletromecânica, Nutrição e Dietética, Biologia, Ciências Físicas e Biológicas, Serviço Social, Música, Matemática, Inglês e Francês, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Práticas Integradas para o Lar, Artes Industriais e Mecanografia e Processamento de Dados.



O protótipo de uma nova tela que poderá conduzir à fabricação de aparelhos de televisão transitorizados, do tipo dos rádios de bolso de hoje, é submetido a testes no Laboratório de Pesquisas de Pittsburgh, Pennsylvania.

A tela "solid-state" de 15 centímetros quadrados, dispõe de 36.000 componentes e é feita de vidro, recoberto por camadas de fósforos e circuitos microminiaturizados de filmes.

Preparação policial



Com a presença dos Secretários Aimé Lamaison, da Segurança Pública, e José Affonso Monteiro de Barros Menusier, da Administração, foram entregues os certificados de conclusão do curso "Preparação Policial", ministrado pelo Cest a mil e vinte e sete funcionários da SEP. O curso, que constou de aulas práticas e teóricas, assegura-lhes instrumento para o melhor desempenho de suas funções e, ainda, constitui requisito para o ingresso desses servidores no novo Plano de Cassificação de Cargos do Distrito Federal.

Brasil de Hoje

Banco do Brasil participa do progresso da Amazônia

O Banco do Brasil vem atuando na Amazônia desde 1908, onde instalou 65 Agências distribuídas pelos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Maranhão e pelos Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá. Além dessas mais 21 Agências serão inauguradas, brevemente em diversas localidades da região amazônica.

Desta maneira, o Banco do Brasil participa, ativamente, do desenvolvimento da imensa Região, através da assistência creditícia às culturas tradicionais e às novas atividades, acompanhando-as desde a implantação até a produção.

Afora os recursos que aplica, o Banco vem gerindo os financiamentos governamentais destinados à execução dos programas do PROTERRA e do PRODOESTE, que muito têm contribuído para o desenvolvimento da Amazônia.

Assim, a concessão e administração de créditos dizem respeito, basicamente, à agropecuária, agroindústria, construção ou ampliação de frigoríficos, indústria de madeira, construção de novos hotéis, indústria de alta tecnologia, montagem e comercialização de safras agrícolas exploração recuperação de seringais nativos, às cooperativas agrícolas e outras atividades, que absorveram, em 1971, empréstimos de valor global superior a 776 milhões de cruzeiros. De janeiro a setembro de 1974, o valor total dos financiamentos concedidos ou administrados atingiu a cifra aproximada de 2 bilhões e 810 milhões de cruzeiros, o que representa aumento médio de 261 por cento sobre o ano base de 1971. No setor agrícola, esse percentual foi da ordem de 333 por cento entre dezembro de 1971 e setembro de 1974.

As operações de crédito do Banco do Brasil se estendem igualmente pelo território nacional e beneficiam quase todos os ramos de atividades.

Com isso, o Banco participa expressivamente do processo de desenvolvimento harmônico do País.

GDF - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
EXPEDIENTE
"DISTRITO FEDERAL"
Órgão Oficial do Governo do Distrito Federal
Diretor
Antônio Castelo Branco
Redação e Administração
SBS - ED. BRASÍLIA -
12° ANDAR - FONE: 24-1303
Composição e Impressão
OFICINAS DO "CORREIO BRAZILIENSE"
SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS
FONE: 23-3450 - RAMAL 10.

DESTAQUES

Amanhã, estará chegando a esta Capital o Chanceler do Paraguai Raul Sapeña Pastor, que, em sua permanência de algumas horas em nosso País, manterá contatos com o Presidente Ernesto Geisel e com o Ministro das Relações Exteriores, Francisco Azeredo da Silveira. Com este assinará vários documentos que dizem respeito à Empresa Hidrelétrica de Itaipu - binacional.

★

Hoje, de 19 às 21 horas, em sua residência localizada às margens Paranoá, o Embaixador e senhora José Maria Alvarez de Toledo, da Argentina, vão oferecer recepção, apresentando, à oportunidade, os seus cumprimentos de despedidas, por término de missão em nosso País. Os Alvarez de Toledo deixarão o Brasil amanhã, rumando para Punta Del Este, no Uruguai, onde fixarão residência.

★

Nesta sexta-feira, 10 de janeiro, em cerimônia que terá lugar no Rio de Janeiro e que contará com a presidência do Ministro de Estado da Marinha, Almirante Geraldo Azevedo Henning, o Almirante José de Carvalho Jordão passará as altas funções de Comandante de Operações Navais para oficial de igual patente, Sílvio de Magalhães Figueiredo. Almirante Jordão, que transfere sua outra, tambem, importantíssima função - Chefe do Estado-Maior da Armada - no próximo dia 15, aqui no DF, para o Almirante Gualter Maria Magalhães, acaba de atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo, passando para a reserva remunerada.

★

Hoje, ainda, será dado à divulgação o resultado do primeiro vestibular da Universidade de Brasília, que congregou 5.089 candidatos, disputando 722 vagas.

★

A senhora Maria de Lourdes da Câmara Moog será a Coordenadora da "XV Festa dos Estados", que terá lugar aqui no Distrito Federal no próximo mês de junho, com renda revertida em benefício das obras assistenciais da Casa do Candango.

Congresso Internacional de Cardiologia: Holanda

A Sociedade Européia de Cardiologia fará realizar seu 7º Congresso entre 20 e 25 de junho de 1976, no Centro Internacional de Congressos RAI, de Amsterdam, já contando com o apoio da Sociedade Holandesa de Cardiologia.

As novas descobertas no setor da cardiologia servirão de tema principal para o Congresso, dando-se atenção especial igualmente a assuntos como doenças da artéria coronária, função ventricular, terapia por drogas em cardiologia, e miocardipatia.

500 TESES

Cerca de 50 proeminentes cardiologistas de todas as partes do mundo apresentarão trabalhos e tomarão parte nas discussões paralelas. Além disso serão apresentadas perto de 500 teses livres, um debate público, devendo conferior aos finalistas o "Young Investigador of Europe Award 1976" — prêmio ao melhor jovem pesquisador europeu. Além disso, haverá exibição de filmes documentários sobre os assuntos escolhidos, e será realizado um concurso de fotografias coloridas sob o tema "Coração em Cores", atualmente em organização.

EXPOSIÇÕES

Durante o Congresso, a que deverão comparecer aproximadamente 3.000 cardiologistas, no mesmo prédio terão lugar várias exposições: científica, histórica, técnica e bibliográfica.

Os preparativos foram confiados ao Comitê do Congresso, presidido pelo Professor J.P. Roos, da Universidade Livre de Amsterdam, que é o Secretário-Geral do Congresso.

Brasília cresce em todos os setores de atividades

Em censo de 1970, publicado em 1972, dizia o IBGE sobre as atividades econômicas do Distrito Federal que Brasília caracteriza-se, no plano de economia, como centro importador de alimentos e bens de consumo. No entanto, nestes últimos anos registraram-se em suas atividades econômicas índices sugestivos na produção agrícola - consequência da expansão do "cinturão verde" -, expressivos resultados no setor industrial, estimulado pelo surto de edificações, e um acentuado desenvolvimento em sua rede de estabelecimentos comerciais; bancários e de prestação de serviços.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra cadastrou, em 1969, um total de 1.854 imóveis rurais no Distrito Federal, perfazendo 149.096,3 hectares. Segundo a classificação adotada pelo Incra, com base no Estatuto da Terra, 1.167 desses estabelecimentos (13.939,8 ha) são minifúndios; 669 (85.462,8 ha), latifúndios por exploração; 17 (1.293,7 ha) são empresas rurais; e apenas um (48.400.00 ha) é latifundio por dimensão.

UTILIZAÇÃO

Quanto a utilização das terras, em 1.150 estabelecimentos encontravam-se culturas temporárias (5.220,8 ha); em 1.024 há culturas permanentes (3.593,3 ha); em 995, produtos hortigranjeiros (3.450,3 ha); em 509, exploração florestal (8.192,2 ha); em 278, pecuária de grande porte (33.914,1 ha); e, em 208, pecuária de médio porte (5.519,4 ha).

Ainda em 1970 foram contados pelo Censo Agropecuário 1.913 estabelecimentos ocupando 7.554 pessoas; com um número de 258 tratores utilizados.

Curso para investigação de acidentes de tráfego

Um curso de introdução à investigação de acidentes de tráfego, destinado a policiais civis e militares da Secretaria de Segurança Pública do DF, foi iniciado ontem.

A supervisão geral do curso está entregue à Escola de Polícia de Brasília, ficando a planificação das aulas por conta do Instituto de Criminalística.

PRÁTICA E TEORIA

As aulas serão de 9 às 16 horas, diariamente, no Instituto de Criminalística, durante quatro semanas constituindo-se de doze aulas práticas e doze teóricas, as quais focalizam a perícia de acidentes de tráfego, sem vítimas, em todo o Distrito Federal.

Os policiais foram inscritos "ex-officio" pelo Secretário de Segurança Pública.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 2.803 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera as Cotas Trimestrais Globais de Despesas do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos itens I e II do artigo 3º, das Normas para Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 2.504, de 28 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - A Programação Financeira de Desembolso para o exercício de 1974, aprovada pelo Decreto nº 2.623, de 24 de abril de 1974, fica alterada na forma a constante do Anexo deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, em 31 de dezembro de 1974;
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Finanças

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 2803 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1974

Programação Financeira de Desembolso

- Exercício de 1974 -

COTA DESPESA / TRIMESTRE	I	II	III	IV	TOTAL
RECURSOS DO TESOURO	178.354.000	236.000.000	271.000.000	634.898.905	1.320.252.905
RECURSOS VINCULADOS (DER-DF e CEB)	-	-	16.719.073	5.938.840	22.657.913
SOMA	178.354.000	236.000.000	287.719.073	- 640.837.745	1.342.910.818
RECURSOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E DAS FUNDAÇÕES				174.149.439	174.149.439
TOTAL GERAL	178.354.000	236.000.000	287.719.073	814.987.184	1.517.060.257

DECRETO Nº 2.804 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1974.

Altera Orçamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 107 da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1974, combinado com o item I do, art. 2º do Decreto nº 2.514, de 23 de dezembro de 1 973 e o que consta do Processo nº 071 717/74,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado, na forma dos quadros anexos, o Orçamento da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 31 de dezembro de 1974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 2804 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1 974.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

PROJETOS / ATIVIDADES / DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		
	G D F	PRÓPRIOS	T O T A L
NOV/2.035 - Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	35.985.609,72	36.661.973,00	72.647.582,72
NOV/1.032 - Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano	714.500,00	2.449.000,00	3.163.500,00
NOV/1.01 - Aquisição de Casas Pré-Fabricadas - ENAP	-	80.000,00	80.000,00
NOV/1.02 - Fundo Permanente de Obras	-	-	-
NOV/1.03 - Construção de Residências Funcionais	-	2.400.000,00	2.400.000,00
NOV/1.04 - Conservação de Prédios e Próprios da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	-	1.200.000,00	1.200.000,00
NOV/1.05 - Conclusão da Sede do Departamento de Urbanismo	-	160.000,00	160.000,00
NOV/1.06 - Obras Civis do Camping	-	201.000,00	201.000,00
T O T A L	36.700.109,72	43.151.973,00	79.852.082,72

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 2.564 DE 30 DE dezembro DE 1 974.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - N O V A CAA P

PROJETOS ATIVIDADES DENOMINAÇÃO	E L E M E N T O S										TOTAL
	3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.0.0	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.2.0.0	
NOV/2.036 - Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP.	43.429.973,00	11.500.000,00	6.330.609,72	1.520.000,00	1.700.000,00	8.167.000,00	-	-	-	-	72.647.582,72
NOV/1.032 - Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano	-	-	-	-	-	-	-	2.663.500,00	500.000,00	-	3.163.500,00
NOV/1.01 - Aquisição de Casas Pré-Fabricadas - ENHAP..	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000,00	80.000,00
NOV/1.02 - Fundo Permanente de Obras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NOV/1.03 - Construção de Residências Funcionais	-	-	-	-	-	-	2.400.000,00	-	-	-	2.400.000,00
NOV/1.04 - Conservação de Prédios e Próprios da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.....	-	-	-	-	-	-	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
NOV/1.05 - Conclusão da Sede do Departamento de Urbanismo	-	-	-	-	-	-	160.000,00	-	-	-	160.000,00
NOV/1.06 - Obras Civis do Camping	-	-	-	-	-	-	201.000,00	-	-	-	201.000,00
T O T A L	43.429.973,00	11.500.000,00	6.330.609,72	1.520.000,00	1.700.000,00	8.167.000,00	3.961.000,00	2.663.500,00	500.000,00	80.000,00	79.852.082,72

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 2.564 DE 30 DE dezembro DE 1 974.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES		PROJETOS - ATIVIDADES - SUBPROGRAMAS - PROGRAMAS	
1.0.0.00 - RECEITAS CORRENTES		PROGRAMA 11 - Habitação e Planejamento Urbano	
1.2.0.00 - RECEITA PATRIMONIAL	3.000.000,00	SUBPROGRAMA 01 - Administração	
1.3.0.00 - RECEITA INDUSTRIAL	200.000,00	NOV/2.036 - Manutenção das Atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.....	72.647.582,72
1.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		NOV/1.032 - Reequipamento dos Órgãos e Serviços de Habitação e Planejamento Urbano	3.163.500,00
Contribuição do Governo do Distrito Federal	36.985.609,72	SUBPROGRAMA 05 - Plano Específico	
1.5.0.00 - RECEITAS DIVERSAS	31.269.066,00	NOV/1.02 - Fundo Permanente de Obras	
2.0.0.00 - RECEITAS DE CAPITAL		PROGRAMA 01 - Administração	
2.2.0.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	SUBPROGRAMA 01 - Administração	
2.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		NOV/1.01 - Aquisição de Casas Pré-Fabricadas - ENHAP	80.000,00
Auxílios do Governo do Distrito Federal	714.500,00	NOV/1.03 - Construção de Residências Funcionais	2.400.000,00
SUPERAVIT FINANCEIRO DE 1 973	8.482.906,32	NOV/1.04 - Conservação de Prédios e Próprios da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	1.200.000,00
		NOV/1.05 - Conclusão da sede do Departamento de Urbanismo	160.000,00
		NOV/1.06 - Obras Civis do Camping	201.000,00
T O T A L	79.852.082,72	T O T A L	79.852.082,72

DECRETO Nº. 2.805 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1974.

Altera o Orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 107 da Lei 4 320, de 17 de março de 1974, combinado com o item I do art. 2º. do Decreto nº. 2.514, de 28 de dezembro de 1973 e o que consta no Processo nº. 026.024/74,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterado, na forma dos quadros anexos, o Orçamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Art. 2º. - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 31 de dezembro de 1974
86ª. da República e 15º. de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
PEDRO DO CARMO DANTAS

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 2805 DE 31 DE dezembro DE 1 974.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL (Em CR$1,00)

CÓDIGO	PROJETOS E ATIVIDADES DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		
		PRÓPRIOS	G D F	TOTAL
FZDF 2.020	Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - FZDF	2.304.891	29.190.000	31.494.891
FZDF 1.060	Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	-	720.000	720.000
FZDF 1.01	Construção de Depósito para Armazém e Aquisição de Mercadorias para Reposição de Estoque	15.959.641	-	15.959.641
FZDF 2.02	Manutenção do Convênio GDF/FZDF - Assistência Motomecanizada	4.460.000	-	4.460.000
FZDF 1.02	Reequipamento do Convênio GDF/FZDF - Assistência Motomecanizada	1.566.761	-	1.566.761
SAP 1.011	Extensão Rural e Abastecimento	-	2.610.000	2.610.000
FZDF 1.012	Execução do Plano Agropecuário do Distrito Federal - Implantação de Parques	-	1.000.000	1.000.000
	T O T A L	24.291.293	33.520.000	57.811.293

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 2805 DE 31 DE dezembro DE 1 974.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

(Em CR$ 1,00)

CÓDITO	PROJETOS E ATIVIDADES DENOMINAÇÃO	E L E M E N T O S													TOTAL
		3.1.1.0	3.1.2.0	3.1.3.0	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.3.0	3.2.4.0	3.2.5.0	3.2.7.0	4.1.1.0	4.1.3.0	4.1.4.0	4.2.6.0	
FZDF 2.020	Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	20.910.000	3.761.000	670.000	150.000	811.891	760.000	.	2.380.000	2.052.000	-	-	-	-	31.494.891
FZDF 1.060	Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.000	120.000	-	720.000
FZDF 1.01	Construção de Depósito para Armazém e Aquisição de Mercadorias para reposição de estoque	-	-	-	-	-	-	150.000	-	-	330.000	-	-	15.479.641	15.959.641
FZDF 2.02	Manutenção do Convênio GDF/FZDF - Assistência Motomecanizada	1.500.000	2.260.000	650.000	50.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.460.000
FZDF 1.02	Reequipamento do Convênio GDF/FZDF - Assistência Motomecanizada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.516.761	50.000	-	1.566.761
SAP 1.011	Extensão Rural e Abastecimento	-	373.096	311.924	24.690	-	-	-	-	1.200.000	100.000	519.090	81.200	-	2.610.000
FZDF 1.012	Execução do Plano Agropecuário do Distrito Federal - Implantação de Parques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000
	T O T A I S	22.410.000	6.394.096	1.631.924	224.690	811.891	760.000	150.000	2.380.000	3.252.000	1.430.000	2.635.851	251.200	15.479.641	57.811.293

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº [illegible] DE [illegible] DE [illegible] DE 1 974.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL (Em Cr$ 1,00)

RECEITA		DESPESA	
CATEGORIAS ECONÔMICAS	FONTES	PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADES - PROJETO	
1.0.0.00 - RECEITAS CORRENTES		PROGRAMA 02 - AGROPECUÁRIA	
1.3.0.00 - RECEITA INDUSTRIAL	4.800.000	SUBPROGRAMA 01 - Administração	
1.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		FZDF/2.020 - Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	31.494.881
Contribuições do Governo do Distrito Federal		FZDF/1.06C - Reequipamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal	720.000
1. Não vinculada	29.190.000	SUBPROGRAMA 06 - Promoção e Extensão	
2. Vinculada - Fundo de Participação dos Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal	1.909.710	FZDF/1.01 - Construção de Depósito para Armazém e Aquisição de Mercadorias para reposição de estoque	15.959.341
1.5.0.00 - RECEITAS DIVERSAS	1.423.000	FZDF/2.02 - Manutenção do Convênio GDF/FZDF - Assistência Motomecanizada	4.460.000
SUPERAVIT FINANCEIRO	6.068.293	FZDF/1.02 - Reequipamento do Convênio GDF/FZDF - Assistência - Motomecanizada	1.566.751
2.0.0.00 - RECEITAS DE CAPITAL		SAP/1.011 - Extensão Rural e Abastecimento	2.610.000
2.6.0.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		SUBPROGRAMA 07 - Defesa e Inspeção	
Auxílios do Governo do Distrito Federal		FZDF/1.012 - Execução do Plano Agropecuário do Distrito Federal - Implantação de Parques	1.000.000
1. Não Vinculada	1.720.000		
2. Vinculada - Fundo de Participação dos Estados, Territórios, Municípios e Distrito Federal	700.290		
2.9.0.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL			
2.9.9.01 - RECEITAS COMERCIAIS - SERMA	12.000.000		
TOTAL	57.811.293	TOTAL	57.811.293

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o s incisos II e VII do artigo 20, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1 960,

R E S O L V E :
Dispensar a pedido OLIVAL DE CASTRO ABADIA, Escriturário, Nível 10—B, Matrícula nº 8515, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC—10, de Chefe da Seção de Material e Transporte, do Serviço de Administração da Procuradoria-Geral.
Brasília, 27 de dezembro de 1974 974
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

Decreto de 27 de dezembro de 1974

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Designar OSWALDO XAVIER DA SILVA, Escriturário, Nível 08-A. Matrícula nº. 2.226. do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-10, de Chefe da Seção de Material e Transporte, do Serviço de Administração da Procuradoria Geral.

Brasília, 27 de dezembro de 1.974.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 02 DE JANEIRO DE 1975

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único, do artigo 90, da Lei nº. 6.023, de 03 de janeiro de 1974, e considerando o que consta do processo nº. 127.439/74,
RESOLVE:
Reformar, "ex-officio", o 2º. Sargento PM JOSÉ ARAUJO DA SILVA, da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 101, II e 103, IV, da Lei nº. 6.023, de 03 de janeiro de 1974, com proveitos constituídos do soldo integral do posto de 2º. Tenente PM e de gratificações incorporáveis a que fizer jus, acrescidos de auxílio-invalidez, de acordo com os artigos 94, 1 e 2 e 106 e seus parágrafos, da Lei nº. 5.619, de 03 de novembro de 1970, combinados com os parágrafos 1º., e 2º., do artigo 105, da Lei nº. 6.023, de 03 de janeiro de 1974.
Distrito Federal, em 02 de janeiro de 1975.
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DESPACHOS

PROCESSO Nº.: 151.545/73
INTERESSADO: CARLOS DE HOLANDA CAVALCANTI—Mat. Nº. 15.426-SVO
ASSUNTO: ANULAÇÃO DE APOSENTADORIA

Senhor Governador:
Por decreto de 20 de julho de 1973, CARLOS DE HOLANDA CAVALCANTI, Inspetor Eletrotécnico, nível 17, matrícula nº. 15.426, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, foi aposentado no cargo supramencionado, tendo o egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal não acolhido aquele ato administrativo.
Mister se faz, portanto, a anulação do decreto de 20/7/73, publicado no "Distrito Federal" nº. 112 de 25 do mesmo mês, que ora submeto à consideração de Vossa Excelência.
Brasília, 30 de dezembro de 1974.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 30 de dezembro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso atribuições que lhe oferece o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 151.545/73,
RESOLVE:
Tornar nulo o Decreto de 20 de julho de 1973, publicado no "Distrito Federal" nº. 112 do dia 25 do mesmo mês, que aposentou CARLOS DE HOLANDA CAVALCANTI, no cargo de Inspector Eletrotécnico, nível 17, matrícula nº. 15.426, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 30 de dezembro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº. 17.383/74
INTERESSADO: Jason Pereira de Souza e outro
ASSUNTO: Promoção
Senhor Governador:
Submeto à consideração de Vossa Excelência minuta de ato de promoção de JASON PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº. 14.244, e ERALDO LIMA DE JESUS, matrícula nº. 12.422, ocupantes do cargo de Bombeiro Hidráulico, nível 8—A, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Bombeiro Hidráulico, nível 10—B, após terem sito atendidas as condições previstas no Decreto nº. 871/68.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Aprovo.
Brasília, 27 de dezembro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 30 do Decreto-lei nº. 274 de 28 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº. 871 de 26 de novembro de 1968, tendo em vista a classificação final, publicada no "DISTRITO FEDERAL" nº. 191 de 12 de dezembro de 1974, e o que consta do processo nº. 17.383/74,
RESOLVE:
PROMOVER, no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para a Classe de Bombeiro Hidráulico, nível 10—B, os Bombeiros Hidráulicos, nível 8—A, JASON PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº. 14.244, e ERALDO LIMA DE JESUS, matrícula nº. 12.422.
Distrito Federal, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº 22.997/74
INTERESSADO: Neide Aparecida dos Santos
ASSUNTO: Promoção

Senhor Governador:
Submeto à consideração de Vossa Excelência minuta de ato de promoção de NEIDE APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº 8.842, ocupante do cargo de Copeiro, nível 4-A, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Copeiro, nível 6-B, após terem sido atendidas as condições previstas no Decreto nº 871/68.
Brasília, 27 de dezembro de 1974

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Aprovo
Brasília, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 30 do Decreto-lei nº 274 de 28 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 871 de 26 de novembro de 1968, tendo em vista a classificação final, publicada no "DISTRITO FEDERAL" nº 194 de 18 de de-

zembro de 1974, e o que consta do processo nº 22.997/74,
RESOLVE:
PROMOVER, no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para a Classe de Copeiro, nível 6-B, a Copeira, nível 4-A, NEIDE APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº 8.842.
Distrito Federal, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº. 18.181/74
INTERESSADO: Jandui Procópio Leite e outros
ASSUNTO: Promoção
Senhor Governador:
Submeto à consideração de Vossa Excelência minuta de ato de promoção de JANDUI PROCÓPIO LEITE, matrícula nº. 10.719, EDGARD MACEDO DE OLIVEIRA: matrícula, 109, e PALMERINO BRUNALE, matrícula nº 116, ocupantes do cargo de Eletricista Instalador, nível 8—A, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Eletricista Instalador, nível 9-B, após terem sido atendidas as condições previstas no Decreto nº. 871/68.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Aprovo.
Brasília, 27 de dezembro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 30 do Decreto-lei nº. 274 de 28 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº. 871 de 26 de novembro de 1968, tendo em vista a classificação final, publicada no "DISTRITO FEDERAL" nº. 191 de 12 de dezembro de 1974, e o que consta do processo nº. 18.181/74,
RESOLVE:
PROMOVER, no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para a Classe de Eletricista Instalador, nível 9—B, os Eletricistas Instaladores, nível 8—A, JANDUI PROCÓPIO LEITE, matrícula nº. 10.719, EDGARD MACEDO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 109, e PALMERINO BRUNALE, matrícula nº. 116.
Distrito Federal, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº 19.196/74
INTERESSADO: João da Silva Sobrinho
ASSUNTO: Promoção

Senhor Governador:

Submeto à consideração de Vossa Excelência minuta de ato de promoção de JOÃO DA SILVA SOBRINHO, matrícula nº 10.559, ocupante do cargo de Lubrificador, nível 5-A, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Lubrificador, nível 7-B, após terem sido atendidas as condições previstas no Decreto nº 871/68.

Brasília, 27 de dezembro de 1974.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

DE ACORDO. Aprovo.

Brasília, 27 de dezembro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 30 do Decreto-lei nº 274 de 28 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 871 de 26 de novembro de 1968, tendo em vista a classificação final, publicada no "DISTRITO FEDERAL" nº 191 de 12 de dezembro de 1974, e o que consta do processo nº 19.196/74,

R E S O L V E:

PROMOVER, no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para a Classe de Lubrificador, nível 7-B, o Lubrificador, nível 5-A, JOÃO DA SILVA SOBRINHO, matrícula nº 10.559.

Distrito Federal, 27 de dezembro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº.: 19.928/74
INTERESSADO: Eucário Godinho Filho e outros
ASSUNTO: Promoção

Senhor Governador:

Submeto à consideração de Vossa Excelência minuta de ato de promoção de EUCÁRIO GODINHO FILHO, matrícula nº. 7.671, MARCUS AUGUSTO MARTINS, matrícula nº. 1.440, ALCIDES VIEIRA TORRES: matrícula nº. 16.015, JOSÉ ANDRADE DOS SANTOS, matrícula nº. 12.550, OSMAR DAMASCENO, matrícula nº. 2.223, VITAL DE MORAES ANDRADE, matrícula nº. 4.495, CICERO PEREIRA LIMA, matrícula nº. 16.030, IDELSON SIMAS CAVALCANTE, matrícula nº. 1.002, GENESI MENDES, matrícula nº. 13.320, CYRINEU VIEIRA, matrícula nº. 16.033, e ANTONIO JOAQUIM ALVES DA CUNHA, matrícula nº. 16.147, ocupantes do cargo de Oficial de Administração, nível 14—B, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Oficial de Administração, nível 16—C, após terem sido atendidas as condições previstas no Decreto nº. 871/68.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Aprovo.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 30 do Decreto-lei nº. 274 de 28 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº. 871 de 26 de novembro de 1968, tendo em vista a classificação final, publicada no "DISTRITO FEDERAL", nº. 194 de 18 de dezembro de 1974, e o que consta do processo nº. 19.928/74,
RESOLVE:
PROMOVER, no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para a Classe de Oficial de Administração, nível 16—C, os Oficiais de Administração, nível 14—B, EUCÁRIO GODINHO FILHO, matrícula nº. 7.671, MARCUS AUGUSTO MARTINS, matrícula nº. 1.440, ALCIDES VIEIRA TORRES, matrícula nº. 16.015, JOSÉ ANDRADE DOS SANTOS, matrícula nº. 12.550, OSMAR DAMASCENO, matrícula nº. 2.223, VITAL DE MORAES ANDRADE, matrícula nº. 4.495, CICERO PEREIRA LIMA, matrícula nº. 16.030, IDELSON SIMAS CAVALCANTE, matrícula nº. 1.002, GENESI MENDES, matrícula nº. 13.320, CYRINEU VIEIRA, matrícula nº. 16.033, e ANTONIO JOAQUIM ALVES DA CUNHA, matrícula nº. 16.147.
Distrito Federal, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº.: 20.181/74
INTERESSADO: Maria Eneida Arnt de Gusmão e outros
ASSUNTO: Promoção

Senhor Governador:

Submeto à consideração de Vossa Excelência minuta de ato de promoção de MARIA ENEIDA ARNT DE GUSMÃO, matrícula nº. 8.921, AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, matrícula nº. 8.865, e ICLÉA CALADO CASTRO E SILVA, matrícula nº. 8.857, ocupantes do cargo de Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 9—A, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 11—B, após terem sido atendidas as condições previstas no Decreto nº. 871/68.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Aprovo.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 30 do Decreto-lei nº. 274 de 28 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº. 871 de 26 de novembro de 1968, tendo em vista a classificação final, publicada no "DISTRITO FEDERAL", nº. 194 de 18 de dezembro de 1974, e o que consta do processo nº. 20.181/74,
RESOLVE:
PROMOVER, no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para a Classe de Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 11—B, os Técnicos Auxiliares de Mecanização, nível 9—A, MARIA ENEIDA ARNT DE GUSMÃO, matrícula nº. 8.921, AFRANIO DOS REIS DE SOUZA, matrícula 8.865, e ICLÉA CALADO CASTRO E SILVA, matrícula nº. 8.857.
Distrito Federal, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº 17.359/74
INTERESSADO: Vilemon Cruz de Lima e outro
ASSUNTO: Promoção
Senhor Governador:
Submeto a consideração de Vossa Excelência minuta de ato de promoção de VILEMON CRUZ DE LIMA, matrícula nº 1.249, e RAIMUNDO ALVES ARAÚJO, matrícula nº. 9.947, ocupantes do cargo de Armazenista, nível 8-A, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para Armazenista, nível 10-B, após terem sido atendidas as condições previstas no Decreto nº 871/68.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal
DE ACORDO. Aprovo.
Brasília, 27 d de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 30 do Decreto-lei nº 274 de 28 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 871 de 26 de novembro de 1968, tendo em vista a classificação final, publicada no "DISTRITO FEDERAL" nº 191 de 12 de dezembro de 1974, e o que consta do processo nº 17.359/74
RESOLVE:
PROMOVER, no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para a Classe de Armazenista, nível 10-B, os Armazenistas, nível 8-A, VILEMON CRUZ DE LIMA, matrícula nº 1.249, e RAIMUNDO ALVES ARAÚJO, matrícula nº 9.947.
Distrito Federal, 27 de 12 de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº.: 73.496/74
INTERESSADO: JOELINA ANDRADE GOMES — MAT. 4.036 — SEC
ASSUNTO: SOLICITA AUTORIZAÇÃO DE AFASTAMENTO DO PAÍS.
Senhor Governador:
A servidora JOELINA ANDRADE GOMES, Orientadora do Ensino Médio, Código MG1.03.19, matrícula nº. 4.036, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, foi selecionada para participar do Curso de Especialização em "Educação Moderna", a ser ministrado pelo Ministério da Educação e Ciência de Madrid-Espanha, no período de 2 de janeiro a 28 de fevereiro de 1975.
A Secretaria de Educação e Cultura, órgão de lotação da funcionária, manifestou-se favoravelmente.
Assim, nos termos do ítem I do art. 2º. do Decreto nº. 542/66, opino pela autorização do afastamento da referida servidora no período acima mencionado.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Autorizo.
Brasília, 27 de dezembro de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

Gabinete Militar

Atos do Chefe

PORTARIA DE 03 DE JANEIRO DE 1975
O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 6º, do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

mandar cessar o pagamento de gratificação de representação no valor de Cr$ 516,00 (quinhentos e dezesseis cruzeiros) concedida pela Portaria de 10 de junho de 1970, revalidada pelo Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973, ao servidor Cicero Ferreira Leite, motorista, nível 8/A, matrícula nº 1288, lotado no Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de janeiro de 1975
GUARACY DE LIMA FURTADO—Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 03 DE JANEIRO DE 1975.
O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe e atibuída pelo artigo 6º, do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

mandar cessar o pagamento de gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) do valor de seus vencimentos de Cr$ 732,00 (setecentos e trinta e dois cruzeiros), concedida pela Portaria de 27 de agosto de 1974, ao servidor João Alberto Monteiro, Motorista, matrícula nº 361, da TEP, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, à disposição do Gabinete do Governador, lotado no Serviço de Telecomunicações, do Gabinete Militar.
Distrito Federal, 03 de janeiro de 1975
GUARACY DE LIMA FURTADO - Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 03 DE JANEIRO DE 1975
O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Disrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 6º do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

conceder ao servidor João Alberto Monteiro, Motorista, matrícula nº 361, da TEP da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, à disposição do Gabinete do Governador, lotado no serviço de Telecomunicações, a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos no valor de Cr$ 805,00, (oitocentos e cinco cruzeiros) percebidos autalmente naquela Fundação, prevista no artigo 1º, item I, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 2461, de 11 de dezembro de 1973.
Distrito Federal, 03 de janeiro de 1975
GUARACY DE LIMA FURTADO
Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 1º., Inciso I do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Constituir um grupo de trabalho para no prazo de 30 dias, propor medidas visando o atendimento do problema do menor do Distrito Federal, designando para o mesmo os servidores ALCINO MACHADO PINHEIRO, Assessor DAS 102.1 - do Gabinete do Secretário, (como coordenador); EUFROZINA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA, Assessora DAS 102.1 - do Departamento de Desenvolvimento Social; MONICA DE SANTA LUZIA REIS, Assistente Social da Secretaria de Serviços Sociais; MARIA AMELIA CANUT, Assistente Social do Departamento do Bem Estar do Menor da Fundação do Serviço Social, e REINALDO ALADIO PITANGA, Coordenador do CDS - Brasília, do Departamento de Ação Comunitária da referida Fundação.
Brasília, 20 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Servicos Sociais

PORTARIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º Inciso VI, do Decreto "E", nº 340, de 12 de dezembro de 1967.

RESOLVE:

Designar o servidor OSCAR PORTO, Encarregado de Remoção, Símbolo FC-12, matricula nº 9 386, do Departamento de Habitação Social, para substituir eventualmente em suas faltas e impedimentos o Encarregado de Fiscalização, Simbolo FC-12, do Departamento de Habitação Social, desta Secretaria.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais.

PORTARIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, Inciso VI, do Decreto "E", nº 340, de 12 de dezembro de 1967.

RESOLVE:

Designar a Arquiteta VERA ANTONIA BOSI DE ALMEIDA, Assessora, Código DAS 102.1, matrícula nº 18 406, do Departamento de Habitação Social, para substituir eventualmente em suas faltas e impedimentos o Diretor do Departamento de Habitação Social. Código DAS 101.2 desta Secretaria.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

PORTARIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confee o artigo 1º Inciso VI, do Decreto "E", nº 340, de 12 de dezembro de 1967.

RESOLVE:

Designar a servidora ESTEFANIA MARQUES FREIRE QUEIROZ, Encarregada do Cadastro, Símbolo FC-12, matrícula nº 1016, do Departamento de Habitação Social para substituir eventualmente em suas faltas e impedimentos a Secretária-Datilografa, Símbolo FC-10, do Departamento de Habitação Social, desta Secretaria.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

PORTARIA DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, Inciso VI, do Decreto "E", nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Designar a servente MARLENE PARO MENDONÇA, Assistente Social, Código NS 721.1, matrícula nº. 7.428, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir eventualmente em suas faltas e impedimentos a Chefia do Serviço de Fiscalização e Remoção, Símbolo FC-05, do Departamento de Habitação Social, desta Secretaria.
Brasília, 26 de deEmbro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

PORTARIA DE 26 DE dezembro de 1974
O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º. Inciso VI, do Decreto "E", nº 340, de 12 de dezembro de 1967.

RESOLVE:

Designar a servidora VITÓRIA CHAPINOTI FASSHEBER, Instrutora de Trabalhos Manuais, nível 08, matrícula nº 915, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir eventualmente em suas faltas e impedimentos a Encarregada de Cadastro, Símbolo FC-10, do Departamento de Habitação Social desta Secretaria.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE

Atestado nº: 3147/74.SM
Servidor: Nivalter da Cunha Lopes
Matrícula: 00.943
Período: 13.12.74 a 27.12.74

Laudo nº: 2650/74—SM
Servidor: Julimar de Motta Machado
Matrícula: 976
Período: 15.12.74 a 13.01.75

Laudo nº: 2542/74—SM
Servidor: Izabel Jorge Malluf
Matrícula: 998
Período: 03.12.74 a 31.01.75

Laudo nº: 2567/74—SM
Servidor: Wadih Nacif Jaber
Matrícula: 05.597
Período: 01 a 30.11.74

Laudo nº 2638/74—SM
Servidor: Osvaldo Motta
Matrícula: 11.624
Período: 04.12 a 02.01.75

Atestado nº: 3.063/74—SM
Servidor: Gervasio Francisco de Oliveira
Matrícula: 12.324
Período: 08.12. a 31.12.74

Atestado nº: 3.122/74—SM
Servidor: Marileda Figueredo Borges
Matrícula: 17.771
Período: 04.12.74 a 02.01.75

Edinite Ismael dos Santos Cirino
Chefe da Seção de Pessoal.

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO Nº 19/74 - FSSDF, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
Aprova, para o exercício de 1975, o Orçamento Analítico por Projetos e Atividades das Unidades Orçamentárias.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no ítem 4º da Resolução nº 93/74 do Egrégio Conselho Deliberativo, que aprova o Orçamento Interno por Programas para o exercício de 1975,

RESOLVE:

1º Aprovar o Orçamento Analítico por Projetos e Atividades das Unidades Orçamentárias, para o exercício financeiro de 1975 (Anexo I).

2º - A execução do Orçamento Analítico, de que trata o ítem anterior, dar-se-á de conformidade com as normas internas em vigor, obedecido o desdobramento por Projetos e Atividades.

3º - Esta Instrução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF)., 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

INSTRUÇÃO Nº 20/74-FSSDF DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974

Aprova Normas Internas para Execução Orçamentária e Financeira no exercício de 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no ítem 6º da Resolução nº 93/74 do Egrégio Conselho Deliberativo.

RESOLVE:

Art. 1º - A execução do Orçamento da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para o exercício de 1975 dar-se-á em conformidade com a legislação pertinente à matéria e o disposto nas presentes normas:

Art. 2º - A Coordenação de Administração Financeira, com base no Plano de Aplicação estabelecido pelo Governo do Distrito Federal e estimativa mensal da arrecadação de receita, elaborará a Programação Financeira da Fundação para o exercício de 1975, objetivando:

a) - assegurar às Unidades Orçamentárias recursos necessários à melhor execução de seus programas de trabalho;
b) - permitir, durante o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

Art. 3º - Compete aos Diretores das Unidades Departamentais solicitar ao Diretor Executivo a realização de despesas relativas a execução do respectivo Programa de Trabalho, observado o limite de créditos consignados por Projeto, Atividade, Elemento, Subelemento e ítem de despesa.

Parágrafo Único - No expediente em que solicitar a realização de despesa, deverá a unidade classificar a despesa com base no detalhamento constante do Orçamento Interno por Programas e Orçamento Analítico por Projetos e Atividades das Unidades Orçamentárias, especificando em cada caso:

a) - o programa, subprograma e projeto ou atividade com indicação do respectivo código;
b) - o elemento e subelemento da despesa;
c) - ítem e subitem da despesa, sempre que possível.

Art. 4º - A solicitação para realização de despesa, de que trata o artigo anterior, só será autorizada à vista de formação escrita da Assessoria de Programação e Controle Orçamentário quanto à suficiência de crédito disponível para ocorrer a despesa.

Parágrafo Único - Ficam dispensados de tramitação prévia pelo APCO, os processos relativos a despesa de Pessoal e Concessão de Empréstimos Sociais, observando o limite de crédito consignado por Projeto e/ou Atividade, Elemento, Subelemento e Ítem de Despesa.

Art. 5º - Exetuados os casos em que o Diretor Executivo determinar em contrário, o pedido de autorização para realização de despesas com contratos e convênios ou de empenho por estimativa para fornecimento de material ou Serviço, deverá ser solicitado para o prazo de três meses, e a renovação dar-se-á com antecedência mínima de trinta dias do seu término.

Parágrafo Único - A Contadoria ou a Seção de Expediente e Arquivo, deverá remeter aos Departamentos, dentro do prazo, os processos básicos e/ou financeiros em que deverá ser solicitado o empenho da despesa, na forma do que dispõe este artigo.

Art. 6º - A fim de permitir à Contadoria e a Assessoria de Programação e Controle Orçamentário o prazo necessário para as providências de abertura e/ou encerramento do exercício financeiro, os pedidos de autorização para emissão de empenho só poderão ocorrer no período de 06 de janeiro a 15 de dezembro de 1975.

Parágrafo Único - A emissão de empenho fora dos prazos fixados neste artigo só poderá ocorrer em casos especiais, mediante prévio exame da matéria, pelo Diretor Executivo.

Art. 7º - A Assessoria de Programação e Controle Orçamentário deverá manter, para fins estatísticos e de informações à direção superior, o controle Analítico, ao nível de elemento, subelemento, item e subitem, dos créditos consignados aos Projetos e/ou Atividades de cada Unidade Orçamentária.

Art. 8º - Trimestralmente a Assessoria de Programação e Controle Orçamentário encaminhará a cada Unidade Orçamentária, demonstrativo da execução do seu Programa de Trabalho, expresso em termos monetários.

Art. 9º - A Contadoria deverá encaminhar a APCO, até o dia seguinte ao da data de sua emissão., para as devidas anotações desse Órgão, a 5a. via de todas as Notas de Empenho.
Parágrafo Único - Deverá ainda a Contadoria comunicar a APCO, no prazo máximo de três dias, toda e qualquer anulação de despesa que reverta ao crédito correspondente.

Art. 10º - Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
Parágrafo Unico - A emissão da Nota de Empenho será sempre precedida de licitação, salvo se houver sido autorizada sua dispensa.

Art. 11º - A Contadoria, ao emitir a Nota de Empenho, transcreverá, no campo próprio o Programa, Subprograma, Projeto ou Atividade, em função dos elementos fornecidos pelas Unidades Orçamentárias e APCO.
Art. 12º - A fim de manter a Assessoria de Programação e Controle Orçamentário informada do comportamento da receita, a Contadoria encaminhará até o dia cinco de cada mês, demonstrativo da receita arrecadada no mês anterior com discriminação por fonte de receita.

Art. 13º - A liquidação da despesa somente será processada quando, além dos demais documentos e formalidades legais, contiver:
a) - em se tratando de aquisição de bem móvel, declaração expressa do Setor de Registro e Controle Patrimonial, do Serviço de Patrimônio, de que o mesmo foi incorporado ao patrimônio da Fundação do Serviço Social;

b) - no caso de aquisição de bem imóvel ou construção de Obras, informação do Setor de Registro e Controle Patrimonial, do Serviço de Patrimônio, de que foram extraídos os dados necessários ao tombamento e incorporação ao patrimônio da Fundação.

Art. 14º - O pagamento das despesas só será efetuado após sua regular liquidação e mediante utilização do sistema de ordem bancária ou de ordem de pagamento, de acordo com as normas baixadas pelo Diretor Executivo.

Parágrafo Único - Nos casos de urgência ou em que a natureza da despesa o exija, o Diretor Executivo poderá autorizar o pagamento das despesas em dinheiro, por Nota de Caixa.

Art. 15º - Fica a Tesouraria autorizada a manter em caixa, valor em dinheiro até o limite de 5 (cinco) salários mínimos regional, para atender pagamento de despesas pelo processo de Nota de Caixa a que se refere o parágrafo único do artigo anterior.

Art. 16º - Efetuado o pagamento, a Tesouraria enviará, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o respectivo processo ou comprovante de pagamento a Contadoria.
Art. 17º - Não é permitido efetuar pagamento antecipado de despesa, salvo quando se referirás despesas:
a) - decorrentes de Contratos ou Convênios, quando constar cláusula expressa a respeito
b) - com assinaturas de jornais, periódicos e outras publicações

Art. 18º - As Unidades Departamentais manterão o controle do prazos de vigência de licitação, contratos e convênios, a fim de tomar a iniciativa de propor, no momento opórtuno, a respectiva renovação quando for o caso.
Parágrafo Único - A fim de habilitar aos Departamentos a organizar o controle a que se refere este artigo, a Divisão de Material remeterá a cada Departamento as informações relativas a licitação, convênios e contratos, indicando o prazo de vigência de cada documento.
Art. 19º - Compete aos Diretores de Departamento, propor ao Diretor Executivo abertura de créditos adicionais em favor do orçamento das Unidades Orçamentárias, das quais são titulares.
Parágrafo Único - No interesse do Programa de Trabalho da Administração Superior, a abertura de créditos adicionais poderá também ser proposta ao Diretor Executivo, pelo Titular da Assessoria de Programação e Controle Orçamentário.
Art. 20º - As propostas formalizadas nos termos do artigo anterior, serão submetidas ao Diretor Executivo, após exame e pronunciamento da Assessoria de Programação e Controle Orçamentário, a quem compete o preparo dos expedientes que se fizerem necessários.
rio, a quem compete o preparo dos expedientes que se fizerem necessários.

Art. 21º - Quando a abertura de crédito adicional depender de recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias correspondentes a Unidade Orçamentária diferente daquela a que for destinada o crédito, deverá ser previamente ouvido o titular da Uni-

dade a ser afetada.

Art. 22º - A Divisão de Pessoal, remeterá à Assessoria de Programação e Controle Orçamentário, até o primeiro dia útil do mês subsequente, cópia do Quadro Resumo de despesa das folhas de pagamento, por Unidade Orçamentária, do qual deverá constar o elemento, subelemento, item e subitem da despesa.

Art. 23º - A fim de habilitar a APCO a informar a disponibilidade orçamentária, a Divisão de Material, ao proceder à estimativa da despesa, deverá fazê-lo discriminando os valores a nível de subelemento, item e/ou subitem da despesa, de acordo com a Codificação e Interpretação Despesa Orçamentária.

Art. 24º - Os casos omissos serão resolvidos peloDiretor Executivo mediante orientação da Assessoria de Programação e Controle Orçamentario, Coordenação de Administração Financeira e Contadoria.

Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

dispensar, a partir desta data, a Assistente Social MARIA AMELIA CANUT, matrícula 699 da TEP, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-05, de Chefe do Centro de Assistência e Educação do Menor "Granja das Oliveiras, do Departamento de Bem Estar do Menor, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social por ter sido designada para outra função.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

designar a partir desta data, a Assistente Social EDI ALICE PEIXOTO, matrícula 244 da TEP, para substituir em seus impedimentos eventuais, o Coordenador de Ação Comunitária II- Brazlândia, do Departamento de Ação Comunitária, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social.
BRASILIA, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

designar a partir de 02. 12.74, a servidora VALDECI ALVES DA SILVA, matrícula 371, Auxiliar Administrativo I da TEP, para substituir durante o período de férias, a Secretária da Coordenação de Administração Financeira, do Departamento de Administração da, Diretoria Exectuvia desta Fundação do Serviço Social.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
R E S O L V E:
designar a partir desta data, a Assistente Social MARIA DOLORES DA COSTA, Assessor Técnico, matrícula 711, da TEP, para substituir durante o período de Férias, o Diretor do Departamento de Bem Estar do Menor, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social.

Brasília, 26 de dezembro de 1974.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

designar a partir desta data, a servidora ISABEL REGINA BRASIL PASCHOAL, Assessor Técnico, matrícula 094, da TEC, para substituir durante o período de férias, o Diretor do Departamento de Educação para a Saúde e Assistência, da Diretoria Executiva desta Entidade.

Brasília, 26 de dezembro de 1974.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

designar a partir desta data, o Assistente Social REINALDO ALADIO PITANGA FILHO, matrícula 009 da TEC, para exercer o Emprego em Comissão Símbolo EC-06, de Coordenador de Ação Comunitária I- Brasília, do Departamento de Ação Comunitária, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

INSTRIÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

dispensar a partir desta data, o Assistente Social REINALDO ALADIO PITANGA FILHO, matrícla 009 da TEC, do Emprego em Comissão Símbolo EC-08, de Chefe do Centro de Recepção Provisória do Menor, do Departamento de Bem Estar do Menor, da Diretoria , Executiva desta Entidade, por ter sido designado para outra função.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

designar a partir desta data, a Assistente Social MARIA AMELIA CANUT, matrícula 699 da TEP para exercer o Emprego em Comissão Símbolo EC-04, de Assessor Técnico do Departamento de Bem Estar do Menor, da Diretoria Executiva desta Fundação.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TTAPIOCA
Presidente

INSTRUÇ..O DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista os termos constante do processo nº 1683/74,
RESOLVE:
dispensar a pedido, a partir desta data, a servidora MARIA CLENIR MOREIRA LIMA, Assistente Social II, nível 20-A, matrícula 8901 do QPPDF, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-06, de Coordenador de Ação Comunitária I - Brasília, do Departamento de Ação Comunitária, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social.
Brasília, 26 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E:

Designar a partir desta data, a Assistente Social ANA MARIA CAVALCANTI LIMA, para exercer o Emprego em Comissão Símbolo EC-08, de Chefe do Centro de Recepção Provisória do Menor, do Departamento de Bem Estar do Menor, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.
Brasília, 26 de dezembro de 1974.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

390ª. REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº. 92, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1974

Aprova o Sistema de Classificação de Empregos da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, dispõe sobre sua implantação e dá outras providências.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e tendo em vista o que consta do Processo nº. 1495/74 — FSSDF.
RESOLVE:

CAPITULO I
Dos Empregos e dos Empregados

Art. 1º. — Os empregos da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal obedecem ao Sistema de Classificação estabelecido nesta Resolução.
Art. 2º. — Os empregados da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal serão admitidos sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho e ocuparão empregos classificados em Empregos Permanentes e em Empregos em Comissão.
Parágrafo 1º. — Os Empregos Permanentes destinam-se a atender às atividades executivas de caráter contínuo e integram a Tabela de Empregos Permanentes - TEP.
Parágrafo 2º. — Os Empregos em Comissão, exercidos nos termos do artigo 499 da Consolidação das Leis do Trabalho, destinam-se a atender aos encargos de chefia, assessoramento, secretariado e outros que forem considerados de confiança imediata da direção da Fundação e integram a Tabela de Empregos em Comissão - TEC.
Art. 3º. — Aos funcionários dos Quadros de Pessoal do Distrito Federal que estejam ou que venham a ser colocados à disposição da Fundação aplicar-se-ão as disposições contidas e a eles relativas, no Decreto nº. 1890, de 21 de dezembro de 1971, observadas, ainda, as alterações que se lhe seguirem.
Art. 4º. — Aos funcionários requisitados de outros órgãos públicos, municipais, estaduais e federais que estejam ou que venham a ter exercício na Fundação, aplicar-se-ão a legislação federal ou do Distrito Federal cabível.
Art. 5º. — A admissão de pessoal para a Tabela de Empregos em Comissão dar-se-à por livre escolha do Presidente da Fundação e para a Tabela de Empregos Permanentes, através de Concurso Público, excetuadas as admissões de pessoal altamente especializado ou de pessoal de natureza braçal, este o que ocupa empregos classificados no Grupo IV — Nível Artesanal, da Tabela de Empregos Permanentes.
Art. 6º., — Os empregos permanentes são grupados em classes e estas em séries de classes.
Parágrafo Unico — As classes e séries de classes integram Grupos, classificados conforme a natureza dos empregos em níveis: Superior, Técnico Médio, Auxiliar e Artesanal.
Art. 7º. — Para efeito desta Resolução:
I — Emprego é o conjunto de atribuições e responssbilidades cometidas ao empregado,
II — Classes é o grupamento de empregos da mesma denominação e com igual atribuições e responsabilidades;
III — Série de Classes é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho e de mesma denominação que constitui a linha natural de promoção do emprego;
IV — Grupo compreende série de classes ou classes que dizem respeito ao nível de atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimentos aplicados no seu desempenho;
V — Símbolo é a codificação emprestada a cada classe para efeito de correspondência salarial.
Art. 8º. — As classes se distribuem nos Grupos constantes do Anexo I que corresponde à Tabela de Empregos Permanentes.
Art. 9º. — Os empregos em comissão se classificam na forma do Anexo II e as suas atribuições e responsabilidades são as definidas no Regimento Interno e no Regulamento Geral, da Fundação.
Art. 10 — As disposições relativas ao Sistema aprovado por esta Resolução aplicam-se, também, ressalvadas as peculiaridades inerentes ao regime estatutário que os vincula, aos funcionários públicos do Distrito Federal e aos funcionários requisitados nas condições dos artigos 3º. e 4º. deste Capítulo.

CAPITULO II
Da Remuneração

Art. 11 — A remuneração dos empregos permanentes e dos empregos em comissão será fixada sempre, obedecido o disposto no Decreto nº. 1890, de 21 de dezembro de 1974, ou em outras disposições que venham a ser decretadas.
Art. 12 — Os salários dos empregos permanentes e em comissão correspondem aos símbolos constantes dos Anexos III e IV.
Art. 13 — Além do salário, o empregado da Fundação fará jus a um adicional por triênio de efetivo exercício, equivalente a cinco por cento (5%), do valor do respectivo símbolo.
Art. 14 — Ficam mantidas as Gratificações de Representação aprovadas na forma do item 5.3., da Resolução nº. 52, de 1 de agosto de 1973 e, item 2, da Resolução nº. 45, de 04 de junho de 1974.

CAPITULO III

Da Promoção

Art. 15 — Promoção é a elevação do empregado, ocupante de emprego permanente à classe superior da mesma série de classes.
Art. 16 - Só poderá concorrer à promoção empregado que:
a) contar, no mínimo, dois (2) anos de efetivo exercício na classe; ou
b) obtiver, no mínimo, o total de pontos alcançados no julgamento das condições de merecimento que venham a ser definidas, relativos ao período anterior à promoção.

CAPITULO IV

Do Acesso

Art. 17 — Acesso é a passagem do empregado, ocupante de emprego permanente, à classe inicial da série de classes, do mesmo Grupo ou de Grupo mais elevado.

Art. 18 — Só poderá concorrer ao acesso empregado que:
a) contar, no mínimo, dois (2) anos de efetivo exercício na classe;
b) for considerado habilitado em prova;
c) satisfizer as exigências regulamentares ou legais específicas para o exercício do emprego ao qual deverá ter acesso.
Parágrafo Unico — O interticio de dois (2) anos, poderá deixar de ser satisfeito, atingidas as condições que definidas, completem o requisito de merecimento ou habilitação.

CAPITULO V

Das Disposições Gerais

Art. 19 — Serão preenchidos por concursos públicos de provas ou de provas a títulos:
a) as vagas de classe inicial, para as quais não se tenha estabelecido o regime de aproveitamento por acesso;
b) as vagas decorrentes da criação ou extinção de empregos, imediatamente após a modificação da estrutura organizacional ou alteração da Tabela de Empregos Permanentes, ressalvados os direitos adquiridos por qualquer empregado.
Art. 20 — As condições para inscrição em concurso e o prazo de validade deste serão fixados nas respectivas instruções.
Art. 21 — O candidato habilitado em concurso será admitido na ordem de classificação e na medida das necessidades do serviço.

CAPITULO VI

Das Disposições Transitórias

Art. 22 — A passagem dos empregados para os empregos do Sistema dar-se-à sempre, na classe inicial do emprego que corresponda ao anterior ocupado.
Art. 23 — A Divisão do Pessoal anotará o tempo de serviços dos empregados para efeito do disposto no artigo 13, desta Resolução.
Art. 24 — Serão definidos por regulamento específico, aprovado pelo Presidente da Fundação:
a) a promoção e o respectivo processamento;
b) o acesso e o respectivo processamento.
Parágrafo Unico — O Presidente da Fundação, no prazo de sessenta (60) dia , contados da data de entrada em vigor, desta Resolução, baixará, por ato próprio, os regulamentos de que trata este artigo, e, que serão elaborados por Comissão Especial, para tal fim constituida.
Art. 25 — As despesas decorrentes da execução desta Resolução serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios da Fundação, bem como, por outros recursos a esse fim destinados, na forma da legislação pertinente.
Art. 26 — Esta Resolução entra em vigor na data em que publicada a sua homologação pelo Governador do Distrito Federal.
Parágrafo Unico — Os efeitos financeiros desta Resolução vigoram a partir de 1º. de dezembro de 1974.
Art. 27 — Revogam-se as disposições em contrário.
Brasília, 18 de dezembro de 1974.
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DARCY MESQUITA DA SILVA
MARIA DO CARMO RIBEIRO DAMASCENO
REGINA PELOSI SILVA
MARGARIDA ANDRADE DE FIGUEIREDO
JENNY ANTUNES DE SOUZA

391ª. REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 93/74

Aprova o Orçamento Interno por Programas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o Exercício Financeiro de 1 975.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1º. Aprovar o Orçamento Interno por Programas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1 975, que estima a Receita em Cr$... 19.802.000,00 (Dezenove milhões, e oitocentos e dois mil cruzeiros) e fixa a Despesa em igual valor.
2º A receita será arrecadada na forma da legislação e das normas em vigor, de acordo com a discriminação constante do anexo I, da presente Resolução, observado o seguinte desdobramento:

DESDOBRAMENTO Cr$ 1,00

RECEITAS CORRENTES 18.452.000

Receita Patrimonial 90.000
Transferência Correntes (GDF). 18.142.00
cia Correntes (GDF). 18.142.00
Receitas Diversas 150.000

RECEITAS DE CAPITAL 1.350.000
Alienação de Bens Móveis e Imóveis 50.000
Amortização de Emprétimos Concedidos 300.00
Transferências de Capital GDF) 1.000.000 Total Geral 19.802.000

3º A despesa da Fundação será realizada de acordo com a discriminação estabelecida nos Anexos II e III da presente Resolução, obedecendo o seguinte desdobramento:

1. ***DESPESA POR PROGRAMAS***
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E PLANEJAMENTO GLOBAL . 7.076.000
DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO 5.685.300
BEM ESTAR DO MENOR 4.540.700
MIGRAÇÃO E ASSISTENCIA 500.000
TOTAL 19.802.000

2. DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTARIA
DIRETORIA EXECUTIVA . . . 1.557.000
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO 5.519.000
DEPARTAMENTO DO BEM ESTAR DO MENOR 3.454.000
DEPARTAMENTO DE AÇÃO COMUNITARIA..... 6.772.000
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA A SAUDE
E ASSISTENCIA 2.500.000

4º O presidente da Fundação do Serviço Social, por proposta do Diretor Executivo, aprovará até 31 de dezembro de 1 974, o Orçamento Analítico por Atividades e Projetos, podendo, durante a execução orçamentária, promover o remanejamento de recursos.
5º Observado os limites das dotações fixadas por elemento de despesa ao nível de unidade orçamentária, fica o presidente autorizaao a fazer realocação de recursos ao nível de atividades e projetos, quando das alterações do Orçamento Analítico a que se refere o item anterior.
6º Fica o Presidente da Fundação autorizado a tomar as medidas a serem propostas pelo Diretor Executivo, para compatibilizar os dispêndios com o efetivo comportamento da Receita.
7º. Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1 975, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 24 de dezembro de 1974

Marival Pereira Tapioca
PRESIDENTE
Regina Pelosi Silva
Margarida Andrade de Figueiredo
Darcy Mesquita da Silva
Jenny Antunes de Souza
Maria do Carmo Ribeiro Damasceno

DIRETORIA EXECUTIVA

ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e tendo em vista o que consta do processo nº 001752/74,

R E S O L V E:

1. Designar os servidores ANTONIO EMANNUEL DA SILVA, Chefe do Serviço de Reprodução e Mimeografia, CARLOS LUIZ RODRIGUES, Chefe da Seção de Zeladoria e Vigilância e PAULO ROBERTO COITINHO DE SÁ, Ajudante de Escritório, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão com a finalidade de proceder ao inventário do estoque do Almoxarifado Central e do Almoxarifado Setorial das Unidades de Atendimento ao Menor, da Fundação, em 31 de dezembro de 1974.
2. A Comissão constituída por esta Ordem de Serviço terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar RELATÓRIO que será juntado ao processo.
3. Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data.
Brasília, 26 de dezembro de 1974

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
Diretor Executivo

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e tendo em vista o que consta do Processo nº 001752/74,

R E S O L V E:

1. Designar os servidores JOSÉ LUIZ RODRIGUES, Chefe da Divisão de Obras, JOÃO BOSCO OTONI BATISTA, Chefe da Seção de Compras da Divisão do Material, e ANTONIO SILVA QUINTINO, Operador de Copiadoras, para constituirem, sob a presidência do primeiro, Comissão com a finalidade de proceder ao inventário dos produtos industrializados, dos produtos em fase de acabamento e das matérias primas destinadas a industrialização, em estoque na Unidade Industrial da Casa Própria - UNICAP, e estoque de mercadorias do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART, em 31 de dezembro de 1974.
2. A Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar RELATÓRIO que será juntado ao processo.
3. No lapso de tempo necessário ao inventário, a Unidade Industrial da Casa Própria e Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART suspenderão, total ou parcialmente, a critério da Comissão, as suas atividades industriais ou comerciais.
4. Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data.
Brasília, 26 de dezembro de 1974

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
Diretor Executivo

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE DEZEMBRO DE 1974

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e tendo em vista o que consta do Processo nº 001752/74,

R E S O L V E:

1. Designar os servidores FRANCISCO VIEIRA SOBRINHO, Chefe da Divisão do Material, MANOEL EGIDIO DA SILVA NETO, Encarregado do Setor de Registro e Controle Patrimonial do Serviço de Patrimônio e MARIA JOSÉ DE SOUZA PEREIRA, Chefe da Seção de Seleção e Registros Funcionais, da Divisão do Pessoal, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão com a finalidade de promover a verificação dos valores existentes na Tesouraria da Fundação, Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART, Unidade Industrial da Casa Própria - UNICAP - Ceilândia e Serviço de Estacionamentos Controlados, em 31 de dezembro de 1974.
2. A Comissão constituída por esta Ordem de Serviço terá o prazo de 3 (três) dias, para apresentar o TERMO DE VERIFICAÇÃO que será juntado ao processo.
3. Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data.
Brasília, 26 de dezembro de 1974

JOSÉ FRANCISCO DE SÁ TELES
Diretor Executivo

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 331/74 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade, em diversos Setores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III do Contrato Social da Sociedade;

R E S O L V E:

"1. Comunicar aos Senhores PAULO PEREIRA DOS SANTOS - Processo nº 012508/74, SEVERIANO RAMOS PINTO - Processo nº 012592/74, VICENTE DE PAULA SANTOS - Processo nº 012552/74 e MARLEY NOGUEIRA - Processo nº 012502/74, que os mesmos deverão aguardar futura aferição de pontos a ser realizada dentro dos critérios vigentes e publicada a partir de Janeiro próximo.
2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após devida cientificação aos seus interessados".
Brasília, 13 de dezembro de 1974.
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DILSON CARLOS REHEM
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 332/74 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III do Contrato Social da Sociedade;

R E S O L V E:

"1. Indeferir a solicitação do Senhor JORGE DAMÁSIO NETTO - Processo nº 010128/74, comunicando que as inscrições ainda se encontram abertas nesta Sociedade, sendo que através das quais o mesmo poderá ser atendido, observados os critérios de Seleção vigentes na Empresa.
2. O processo correspondente deverá ser arquivado após devida cientificação ao seu interessado".
Brasília, 13 de dezembro de 1974.

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DILSON CARLOS REHEM
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator

RESOLUÇÃO Nº 333/74 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III do Contrato Social da Sociedade:

R E S O L V E:

"1. Comunicar aos Senhores JOÃO EZEQUIEL - Processo nº 012505/74, JOSÉ BONFIM MACHADO - Processo nº 012520/74 e LOURDES DA CONCEIÇÃO MENDES - Processo nº 012477/74, que os mesmos deverão aguardar futura classificação a ser realizada dentro dos critérios de seleção vigentes na Empresa e publicados a partir de Janeiro próximo.
2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após devida cientificação aos seus interessados".
Brasília, 13 de dezembro de 1974.

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
DILSON CARLOS REHEM
Membro

RESOLUÇÃO Nº 334/74 - C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade, em diversos Setores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III do Contrato Social da Sociedade;

R E S O L V E:

"Deferir a solicitação do senhor FENELON REHEM GAMA - Processo nº 012365/74, sendo que o mesmo deverá ser atendido em Setor próximo ao seu local de trabalho".
Brasília, 13 de dezembro de 1974.

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DILSON CARLOS REHEM
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 335/74 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade em diversos Setores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III, do Contrato Social da Sociedade;
RESOLVE:
"1. Comunicar aos Senhores RAIMUNDO BISPO DOS SANTOS — Processo nº. 012506/74. JOÃO ROCHA DE SOUZA — Processo nº. 012541/74 e FRANCISCO EDILSON AGUIAR, — Processo nº. 012507/74, que os mesmos deverão aguardar futura classificação a ser realizada de acordo com os critérios de seleção vigentes na Empresa.
2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após devida cientificação aos seus interessados".
Brasília, 13 de dezembro de 1974
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 336/74 — C. A.

Dispõe sobre solicitação de unidades habitacionais desta Sociedade em diversos Setores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III do Contrato Social da Sociedade:
RESOLVE:
"1. Deferir a solicitação do Senhor NAURIDE ANDRADE VALOIS — Processo nº. 012.557/74, sendo que o mesmo deverá ser atendido no Setor de Ceilândia Norte ou em localidade ainda mais necessitada de atividade médica".
Brasília, 13 de dezembro de 1974
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro - Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 337/74 — C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade, em diversos Setores.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III do Contrato Social da Sociedade;
RESOLVE:
"1. Comunicar aos Senhores GENIVALDO SABINO DE OLIVEIRA — Processo nº. 012504/74, VALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE — Processo nº. 012521/74 e IÊDA LUCIA NETO TELLES — Processo nº. 012462/74, que os mesmos deverão aguardar futura aferição de pontos, a ser realizada dentro dos critérios de seleção vigentes na Empresa.
2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após dévida cientificação aos seus interessados".
Brasília, 13 de dezembro de 1974.
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro - Relator

RESOLUÇÃO Nº. 338/74 — C. A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES SOCIAL LTDA; — SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III do Constrato Social da Sociedade;
RESOLVE:
"1. Indeferir a solicitação do Senhor JOSÉ AFRANIO RODRIGUES — Processo nº. 012574/74, informando que as inscrições ainda se encontram abertas nesta Sociedade, sendo que através das quais poderá ser atendido de acordo com os critérios vigentes na Empresa.
2. processo correspondente deverá ser arquivado após devida cientificação aos séus interessados".
Brasília, 13 de dezembro de 1974
LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JOSE SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES Lyrio
Membro

ATA DA 46ª. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1974. (REUNIÃO ORDINÁRIA).

Aos 13 (treze) dias do mês de dezembro de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), às 08:30 horas, no Edifício-Sede da SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, situada na Quadra 06, Bloco "A", no Setor Comercial de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a 46ª. Reunião do Conselho de Administração da Sociedade, presidida pelo Dr. LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS, substituto do Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Sociais e Presidente do Conselho, Maj. MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, assistida por GISLAINE TEREZINHA FONSECA DOS SANTOS e com a presença dos Senhores Conselheiros: Engº DILSON CARLOS REHEM, Dr. RUBEM FURTADO GUEIROS, Gen. Demócrito Soares de Oliveira , Dr. JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO e Dr. EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, registrando-se a ausência justificada do Dr. JORGE DA MOTTA E SILVA. 1. Lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, o Senhor Presidente determinou relato dos processos em Pauta, tendo sido esta ordem dos trabalhos: CONSELHEIRO JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO: Processos que tratam de solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade, em diversos Setores. De acordo com o Parecer do Relator, o Conselho unanimemente, Resolve: RESOLUÇÃO Nº 331/74 -C.A.:"1. Comunicar aos Senhores PAULO PEREIRA DOS SANTOS - Processo nº 012508/74, SEVERIANO RAMOS PINTO - Processo nº 012592/74, VICENTE DE PAULA SANTOS - Processo nº 012552/74 e MARLEY NOGUEIRA - Processo nº 012502/74, que os mesmos deverão aguardar futura aferição de pontos a ser realizada dentro dos critérios vigentes e publicada a partir de Janeiro próximo. 2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após devida cientificação aos seus interessados". RESOLUÇÃO Nº 332/74 - C.A.: "1. Indeferir a solicitação do Senhor JORGE DAMÁSIO NETTO - Processo nº 010128/74, comunicando que as inscrições ainda se encontram abertas nesta Sociedade, sendo que através das quais o mesmo poderá ser atendido, observados os critérios de Seleção vigentes na Empresa. 2. O processo correspondente deverá ser arquivado após devida cientificação aos seus interessados". 2. CONSELHEIRO DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA: Processos referentes a solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade, em diversos Setores. Em conformidade com o Parecer do Relator, o Conselho unanimemente, Resolve: RESOLUÇÃO Nº 333/74 - C.A.: "1. Comunicar aos Senhores JOÃO EZEQUIEL - Processo nº 012505/74, JOSÉ BONFIM MACHADO - Processo nº 012520/74 e LOURDES DA CONCEIÇÃO MENDES - Processo nº 012477/74, que os mesmos deverão aguardar futura classificação a ser realizada dentro dos critérios de seleção vigentes na Empresa e publicada a partir de Janeiro próximo. 2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após devida cientificação aos seus interessados". RESOLUÇÃO Nº 334/74 - C.A.: "Deferir a solicitação do Senhor FENELON REHEM GAMA - Processo nº 012365/74, sendo que o mesmo deverá ser atendido em Setor próximo ao seu local de trabalho". Ainda com referência ao supracitado caso o Conselheiro JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO, achou por bem elogiar o procedimento do Conselheiro DILSON CARLOS REHEM, que, apesar de ter parentesco colateral com o interessado, deu ao processo a tramitação ordinária dos demais. 3. CONSELHEIRO RUBEM FURTADO GUEIROS: Processos referentes a solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade, em diversos Setores. De pleno acordo com o Parecer do Relator, o Conselho unanimemente, Resolve: RESOLUÇÃO Nº 335/74 - C.A.: "1. Comunicar aos Senhores RAIMUNDO BISPO DOS SANTOS - Processo nº 012506/74, JOÃO ROCHA DE SOUZA - Processo nº 012541/74 e FRANCISCO EDILSON AGUIAR - Processo nº 012507/74, que os mesmos deverão aguardar futura classificação a ser realizada de acordo com os critérios de seleção vigentes na Empresa. 2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após devida cientificação aos seus interessados". RESOLUÇÃO Nº 336/74 - C.A.: Deferir a solicitação do Senhor NAURIDE ANDRADE VALOIS - Processo nº 012557/74, sendo que o mesmo deverá ser atendido no Setor de Ceilândia Norte ou em localidade ainda mais necessitada de atividade médica". 4. CONSELHEIRO EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO: Processos que tratam de solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade, em diversos Setores. Em conformidade com o Parecer do Relator, o Conselho unanimemente Resolve: RESOLUÇÃO Nº 337/74 - C.A.: "1. Comunicar aos Senhores GENIVALDO SABINO DE OLIVEIRA - Processo nº 012504/74, VALDOMIRO RODRIGUES DE ANDRADE - Processo nº 012521/74 e YÊDA LUCIA NETTO TELLES - Processo nº 012462/74, que os mesmos deverão aguardar futura aferição de pontos a ser realizada dentro dos critérios de seleção vigentes na Empresa. 2. Os processos correspondentes deverão ser arquivados após devida cientificação aos seus interessados". RESOLUÇÃO Nº 338/74 - C.A.: "1. Indeferir a solicitação do Senhor JOSÉ AFRANIO RODRIGUES - Processo nº 012574/74, informando que as inscrições ainda se encontram abertas nesta Sociedade, sendo que através das quais poderá ser atendido de acordo com os critérios vigentes na Empresa. 2. O processo correspondente deverá ser arquivado após devida cientificação aos seus interessados". E, por nada mais haver a tratar, às 11:00 horas o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão, a qual vai por mim subscrita e assinada por todos os Conselheiros e para constar, eu GISLAINE T. F. DOS SANTOS, lavrei a presente Ata.

LUIZ CARLOS NOGUEIRA BASTOS
p. Presidente
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro
DILSON CARLOS REHEM
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

DIRETORIA

Nº.: 254/74 Sessão: 610a. Realizada em: 03.1274
Processo nº.: 12570/74

ASSUNTO: Trata o presente processo da construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados na SQDN 415/416, projeções 25 e 26, objeto do EC 09/74.

DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do relator, resolve: adjudicar a construção de dois blocos de apartamentos, localizados nas projeções 25 e 26, da SQDN 415/416, à Construtora Egr Ltda., pelo valor de Cr$ 6.736.461,14 (seis milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e um cruzeiros e quatroze centavos), e classificar em segundo lugar a firma Coencisa - Cia. de Engenharia Civil que apresentou proposta no valor de Cr$ 6.971.000,00 (seis milhões, novecentos e setenta e um mil cruzeiros).

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSE ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FEITAS
Diretor Técnico

Nº 255/74 Sessão 611ª Realizada em: 04 1274

ASSUNTO: O Senhor Diretor Imobiliário propõe normas disciplinadoras das vendas de imóveis

residenciais construídas e/ou adquiridos com recursos próprios.

DEICSÃO: — A DIRETORIA considerando Relatório nº 009/74-DI, do Sr. Diretor Imobiliário, RESOLVE: Determinar que a venda de imóveis construídos e/ou adquiridos com recursos próprios obedeça os critérios abaixo:

1. — DAS CONDIÇOES DE VENDAS E PRAZOS
1.1 As vendas de imóveis residenciais construídos e/ ou adquiridos com recursos próprios da SHIS, serão efetuadas mediante duas modalidades: à vista ou a prazo.

1.2 Quando a prazo, a venda será efetivada por instrumento de Promessa de Compra e Venda, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos.

1.3 Não será admitida venda se o candidado à época da assinatura do Termo de Ocupação ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda, estiver respondendo a Inquérito Administrativo e/ou a Inquérito ou a Processo Criminal.

Poupança 1.4 — Fica estipulada uma poupança de 20% (vinte por cento) do valor de venda do imóvel, podendo ser paga à vista ou em parcelamento de 30 meses, incidindo, neste último caso, juros de 5% (cinco por cento) a.a. sobre o saldo devido no ato de recebimento do prédio.

Atraso de Poupança — 1.5 — O atraso em três prestações sucessivas da poupança, implicará em rescisão do Termo de Financiamento e, se for o caso, do Termo de Ocupação do Imóvel ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda, com perda das parcelas da poupança e do financiamento do imóvel.

Devolução Poupança - 1.6.- Antes do recebimento das chaves e desde que não tenha mais de 2 (duas) prestações atradas, a mesma será devolvida no caso de desistência, deduzindo-se, em favor da SHIS, 10% (dez por cento) do valor que o financiado pagou ou deveria ter pago até a data da formulação da desistência.

Cessão de Direitos 1.7 A Cessão de Direitos aquisitivos sobre os imóveis objeto desta Resolução, somente poderá ser feita com prévia anuência da SHIS.

Redução Prazo e Aumento juros 1.8 — Nas legalizações de imóveis construídos e/ou adquiridos com recursos próprios da SHIS, provenientes de Cessão de Direitos ou transferência, o saldo devedor existente, devidamente corrigido pelo sistema da correção monetária, passará a render juros de 10% (dez por cento) a.a., pela Tabela Price, sendo o prazo de financiamento reduzido à metade do tempo que faltar para a liquidação do débito; cobrando-se a taxa de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor do cedente ou transmitente à época da regularização.

Permuta 1.9 Será admitida permuta ente Imóveis residenciais adquiridos e/ou construídos com recursos próprios da SHIS, com anuência prévia da mesma, mediante pedido das partes interessadas dirigido à Diretoria Imobiliária.

1.10 Pela Operação da permuta a SHIS cobrará o saldo devedor dos imóveis permutados, não ocorrendo redução, de prazo nem modificação da taxa de juros, correndo as despesas de Cartório por conta da SHIS.

1.11 A anuência de cessão de direitos e a autorização para permuta e redistribuição de imóveis, serão realizadas, de forma expressa, pela Diretoria Imobiliária.

Recebimento Novo Imóvel
1.12 O promitente comprador de unidade habitacional construída e/ou adquirida pela SHIS com recursos próprios, poderá receber novo imóvel para o qual tenha se classificado regularmente em inscrição mediante devolução do anteriormente recebido, adotando-se os seguintes critérios:
a) Levanta-se o total pago da poupança e amortização (parcelas do financiamento) pago pelo interessado;
b) Corrige-se o total encontrado pelo sistema da correção monetária;
c) Se o valor corrigido for inferior a 20% (vinte por cento) do valor do novo imóvel, a diferença deverá ser complementada no ato da assinatura do Termo de Ocupação ou do Compromisso de Compra e Venda. Porém, se o valor for superior aos 20% (vinte por cento) previstos no sub item 1.4, será, neste caso, o montante considerado como poupança.

Redistribuição por devolução

1.13 A redistribuição de unidade habitacional devolvida nortear-se á pelas disposições desta e será o imóvel compromissado com servidor do Distrito Federal, inscrito e classificado para o tipo correspondente ao do prédio, conforme normas da Resolução nº 208/74- C.A.
Seguro
1.14 Os imóveis vendidos a prazo serão segurados pelos riscos previstos nas Apólices de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação.
1.15 Em nenhuma hipótese serão realizadas as operações previstas nos sub-ítem 1.8. 1.9. e 1.12, desta, desde que haja atraso no pagamento das parcelas de financiamento ou de poupança, bem como, no caso da SHIS ter proposto ação judicial contra o interessado na operação.

2.- DO VALOR DO IMÓVEL
2.1. As vendas serão sempre realizadas pelo valor do imóvel, obtido através de atualização efetivada no momento imediatamente antecedente ao da operação de venda
2.2. Caberá a Comissão de Avaliação da SHIS, proceder a determinação dos valores dos imóveis e submetê-los à aprovação da Diretoria, para os fins de atualização prevista no subítem anterior.

3. — DAS PARCELAS DO SALDO FINANCEIRO
Parcela Mensal
3.1 O valor do pagamento das parcelas mensais de imóveis vendidos será obtido pela fórmula:
Pa igual P mais T mais S ; sendo
Pa igual Parcela Mensal
P igual Prestação (Amortização mais juros).
T igual Taxa de Administração correspondênte a 2% (dois por cento) da prestação (P)
S igual Prêmio de Seguro.
Juros
3.2. A prestação (P) será calculada pela Tabela Price, com juros de 5% a.a. e prazo de 20 anos.

Correção Monetária
3.3 A aplicação de correção monetária no saldo devedor e nas prestações mensais de amortização e juros (P) será realizada 60 (sessenta) dias após cada aumento de salário mínimo, de acordo com o percentual de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.
3.4 O primeiro reajustamento far-se-á de acordo com a variação do percentual apurado entre a data da assinatura do contrato e a do primeiro aumento de salário mínimo.
3.5 Para reajustamento do Prêmio de Seguro serão adotados os mesmos critérios de cálculos e prazos de reajustamento das prestações.
Quitação antecipada
3.6 Para efeito de quitação antecipada, o saldo devedor será corrigido até a data do pagamento total.
Amortização extraordinária
3.7 Será admitida amortização extraordinária, cujo montante não poderá ser inferior ao valor correspondente a 20 (vinte prestações, a qual, a critério do mutuário, poderá ser utilizada na redução do número de prestações ou no valor destas.
3.8 A amortização extraordinária será requerida à Diretoria Financeira, procedendo-se correção do saldo até a data do pagamento desta, sendo deduzido do saldo corrigido o valor da amortização.
Atraso pagamento parcelas
3.9 Além dos casos previstos no contrato, o não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, bem como de parcelamento concedido a débito existente, implicará em rescisão automática do Termo de Ocupação ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda.
Redistribuição por retomada
3.10 A redistribuição de imóvel retomado em decorrência da rescisão do Termo de Ocupação ou do contrato de Promessa de Compra e Venda, regula-se pelas disposições contidas no sub item 1.13.
4. — DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 Ficam revogadas a Resolução da Diretoria nº 215/74, de 15.10.74, Instruções nºs 10/73 e 16/73, bem como as demais disposições em contrário.
Resolve, ainda, submeter a presente Resolução à superior homologação do Conselho de Administração.

RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON
DILSON CARLOS REHEN
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Nº : 257/74 Sessão : 612ª Realizada em: 06.12.74
Processo nº : 12385/74

ASSUNTO: Apresentação do orçamento pela firma Agroenge-Agropecuária e Engenharia Ltda, referente à obra de construção de 01 (um) galpão para depósito no trecho 06 do SIA — DF.
DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do Relator resolve:
a) Autorizar a firma Agroenge - Agropecuária e Engenharia Ltda, refazer os serviços até então executados na obra-acima, pelo valor proposto.
b) Conceder um prorrogação em seu prazo contratual de 23 (vinte e tres) dias.
c) Enviar o presente processo ao Serviço Jurídico, para confeccionar o aditivo contratual no valor de Cr$ 57.085,09 (cinquenta e sete mil, oitenta e cinco cruzeiros e nove centavos).

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Resolução da Diretoria

Nº: 256/74 Sessão: 612ª Realizada em: 05/12/74
Processo nº : 12599/74

ASSUNTO: Trata o presente processo da construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 22 e 23 da SQDN 415/416 — Brasília - DF, objeto do EC—10/74.

DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: Adjudicar a construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 22 e 23 da SQDN 415/416, à firma construtora Incon Ltda, pelo valor de Cr$ 6.795.056,58 (seis milhões, setecentos e noventa e cinco mil cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta e oito centavos), e classificar em segundo lugar a firma Mareisa Ltda, que apresentou proposta no valor de Cr$ 6.808,722,00 (seis milhões, oitocentos e oito mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros).

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO CARLOS REHEM
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico.

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº.: 259/74
Sessão: 612ª.
Realizada em: 06—12—74
Processo nº.: 12593/74
ASSUNTO: Trata-se de simples remanejamento no orçamento vigente da empresa, tendo em vista a necessidade de enquadrar os residuos orçamentários nos subelementos carentes de recursos para o encerramento do exercício.
DECISÃO:

A Diretoria, acatando o parecer contido no relatório nº. 027/74, e considerando a necessidade de enquadrar os resíduos orçamentários nos subelementos carentes de recursos para o encerramento do exercício, RESOLVE: Aprovar o remanejamento ora proposto ou seja: DESPESA DO PESSSOAL — retirar de: 3.1.1.01.04 — GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO — Cr$ 90.000,00 — 3.1.1.02.03 — SUBSTITUIÇÕES — Cr$ 35.000,00 e incluir em: 3.1.1.02.09 — SALÁRIO DO PESSOAL REGIDO PELA CLT — Cr$ 125.000,00. SERVIÇOS DE TERCEITOS — retirar de: 3.1.3.04 — FRETES E CARRETOS — Cr$ 50.000,00 — incluir em: 3.1.3.99 — SERVIÇOS DIVERSOS — Cr$ 50.000,00 — retirar de: 3.1.3.05 — PASSAG. TRANSP. DE PESSOAS E S/BAG. HO. — Cr$ 30.000,00 — incluir em: 3.1.3.09 — LOCAÇÃO DE IMÓVEIS — Cr$ 30.000,00 — retirar de: 3.1.3.18 — REPAROS E CONSERVAÇÃO DE VEICULOS — Cr$ 10.000,00 — incluir em: 3.1.3.10 - LOCAÇÃO DE VÉICULOS — Cr$ 10.000,00. ENGARGOS DIVERSSOS- retirar de: 3.1.4.09 — SEGUROS DE BENS - Cr$ 6.000,00 — incluir em: 3.1.4.08 — SEGUROS PERSSOAIS — Cr$ 6.000,00. DESPESAS DE CAPITAL — retirar de: 4.1.4.99 — DIVERSOS — Cr$ 80.000,00 - incluir em: 4.1.4.21 — DECORAÇÃO DE APARTAMENTOS FUNCIONAIS — Cr$ 80.000,00.

RELATOR: SEMIÃO SOBRAL DE FARO
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº. 258/74
Sessão: 6112ª.
Realizada em: 06.12.74
Processo nº.: 10353/74
ASSUNTO: Trata o presente processo da aplicação de multa contratual por atraso na entrega da obra de construção de 366 (trezentos e sessenta e sis) unidades habitacionsi, localizadas no Setor L—Norte III - Taguatinga — DF., à firma SANCOL LTDA.

DECISÃO:

A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: cobrar a diferença no valor de Cr$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos cruzeiros) da firma SANCOL LTDA, valor esse encontrado na diferença entre o valor da multa já aplicada e o valor da multa real.
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

nº. 260/74
SESSÃO: 612
REALIZADA EM: 06.12.74

PROCESSO Nº.: 10925/74
ASSUNTO: Aditamento aos contratos de construção das unidades habitacionais nos Setores L—Norte I e II de Taguatinga e Ceilândia.

DECISÃO:

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria, acatando proposição do relator através do Relatório nº. 028/74, RESOLVE: 1-Aditar ao contrato de construção de 337 casas no Setor L—Norte I de Taguatinga, celebrado em 05.12.72, com a Construtora Gonçalves Soares Ltda., o resjustamento no valor de Cr$ 324.291,37 (trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e hum cruzeiros e trinta e sete centavos): 2 — Aditar ao contrato de construção de 317 casas no Setor L—Norte I de Taguatinga, celebrado em 05.12.72 com a Construtora Araçatuba Ltda., o reajustamento no valor de Cr$ 335.315,81 (trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e quinze cruzeiros e oitenta e hum centavos):

3 — Aditar ao contrato de construção de 328 casas no Setor L—Norte I de Taguatinga, celebrado em 20.12.72 com afirma ECOCIL — Empresa de Construção Civil Ltda., o reajustamento no valor de Cr$ 270.804,47 (duzentos e setenta mil oitocentos e quatro cruzeiros e quarenta e sete centavos); 4 — Aditar ao contrato de construção de 335 casas no Setor L—Norte I de Taguatinga, celebrado em 20.12.72 com a firma ECOCIL — Empresa de Construções Civis Ltda., o reajustamento no valor de Cr$ 368.452,90 (trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cincoenta e dois cruzeiros e noventa centavos); 5 — Aditar ao contrato de construção de 366 casas no Setor L—Norte II de Taguatinga, celebrado em 21.12.72 com a firma Setenge - Serviços Técnicos de Engenharia e Empreendimentos Gerais Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 373.972,43 (trezentos e setenta e três mil, novecentos e setenta e dois cruzeiros e quarenta e três centavos); 6 — Aditar ao contrato de construção de 367 casas no Setor L—Norte II de Taguatinga, celebrado em 21.12.72 com a firma Itaeté Enegenharia Ltda., o reajustamento no valor de Cr$ 882.295,38 (oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco cruzeiros e trinta e oito centavos); 7 — Aditar ao contrato de construção de 371 casas no Setor L—Norte II de Taguatinga, celebrado em 21.12.72 com a firma Itaeté - Engenharia Ltda., o reajustamento no valor de Cr$ 883.104,02 (oitocentos e oitenta e três mil, cento e quatro cruzeiros e dois centavos), 8 — Aditar ao contrato de construção de 238 casa na Ceilândia, celebrado em 27.04.73 com a firma Sancol - Saneamento e Construções Ltda, o resjustamento no valor de Cr$ 194.900,96 (cento e noventa e quatro mil, novecentos cruzeiros e noventa e seis centavos); 9 - Aditar ao contrato de construção de 408 casa na Ceilândia, celebrado em 27.04.73 com a firma Meson - Engenharia Ltda., o reajustamento no valor de Cr$ 435.804,93 (quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quatro cruzeiros e noventa e três centavos); 10 — Determinar ao Serviço Jurídico desta Sociedade a elaboração dos aditivos propostos. 11 — Em seguida, enviar a Divisão Financeira da SHIS, que deverá providenciar e remeter ao BNH os elementos necessários à elaboração dos planos de venda e retorno, tendo em vista o qie estabelece o item 7 da RD — 42/73.
RELATOR: SEMIÃO SOBRAL DE FARO
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
LAURO FARANI PEDREIRA DF FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Nº 261/74
Sessão: 613ª
Realizada em: 09.12.74
Processo nº: 12647/74
ASSUNTO: Trata o presente processo da construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 31 e 32 da SQDN 415/416 - Brasília - DF., objeto da EC—11 74.
DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: adjudicar a construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 31 e 32, da SQDN 415/416, à firma Coencisa - Cia. de Engenharia Civil, pelo valor de Cr 6.760.000,00 (seis milhões setecentos e sessenta mil cruzeiros), e classificar em segundo lugar a firma Cibel Ltda, que apresentou proposta no valor de Cr 6.778.000,00 (seis milhões, setecentos e setenta e oito mil cruzeiros).
RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Técnico
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Resolução da Diretoria
Nº. 263/74 Sessão : 6145 Realizada em: 12.12.74
Processo nº. 1223/74

ASSUNTO: Trata o presente processo da construção de 03 (tres) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 1, 2 e 3, da SQN 415/416, Brasília DF., objeto do EC-12/74.
DECISAO : A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: Adjudicar a construção de 03 (tres) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 1, 2, e 3 da SQN 415/416 - Brasília-DF, à firma Santa Bárbara Engenharia S/A, pelo valor de Cr$ 8.975. 000,01 (oito milhões, novecentos e seenta e cinco mil cruzeiros e um centavo).

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CALOS REHEM
Diretor Sperintendente

SEMIAO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSE ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Resolução da Diretoria
Nº. 263/74 Sessão: 6143 Realizada em: 12/12/74
Processo nº.: 12723/74
ASSUNTO: Trata o presente processo da construção de 03 (três) Bl. de apartamentos, localizados nas projeções 1, 2, da SQDN 415/416, Brasília - DF., objeto do EC—12/74.

DECISAO : A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: Adjudicar a construção de 03 (três) Bls. de apartamentos, localizados nas projeções 1, 2, e 3, da SQDN 415/416-Brasília DF.,à firma Santa Bárbara Engenharia S/A, pelo valor de Cr$ 8.975.000,01 (oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil cruzeiros e um centavo).

RELATOR : LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIAO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Adminisrativo

JOSE ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

Nº. 264/74 Sessão: 615a. Realizada em: 13.12.74

Processo nº 012454/74

ASSUNTO: Trata de aprovação preliminares de contas da Comissão destinada a coordenar os festejos natalinos da Sociedade, bem como da liberação da importância de Cr$ 32.272,10 (trinta e dois mil, duzentos e setenta e dois cruzeiros e dez centavos), para cobrir despesas programadas.

DECISAO: A Diretoria, acatando parecer do Diretor Financeiro da SHIS — Sociedade de Habitações de Interêsse Social Ltda., Presidente da Comissão instituída pelo RD nº. 251/74, destinada a coordenar os festejos natalinos da Sociedade, através de seu relatório nº. 029/74, RESOLVE: Aprovar: 1 -Modelo do convite Individual, às fls. 06 deste, a ser confeccionado na própria SHIS; - 2 - Modelo dos cartões, às fls. 07 deste, que acompanharam os presentes a serem distribuidos com os dependentes dos funcionários, confeccionados na própria SHIS, 3 - Resumo da relação dos filhos dos funcionários fls. 08 deste, que apresenta um total geral de 326 dependentes; 4 - Despesas de Cr$... 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos cruzeiros) com churrasco para 500 pessoas, no valor de Cr$ 37,00 (trinta e sete cruzeiros) por pessoa, que será fornecido pela firma especializada PRUDENCIA DE GRANDES HOTEIS S/A, que apresentou menor preço conforme propostas às fls. 09 a 12 deste: 5-Despesas de Cr$ 13.772,10 (treze mil, setecentos e setenta e dois cruzeiros e dez centavos), para cobir compra dos presentes para 326 crianças, dependentes dos funcionários da SHIS, que serão fornecidos pela PIONEIRA DA BORRACHA LTDA., vendedora por preço unitário da Licitação realizada, conforme propostas às fls. 12 a 15 deste 6-Em seguida, encaminhar à Diretoria Financeira para empenho e pagamento das despesas dos itens 4 e 5, que totalizam um valor de Cr32 272,10 (trinta e dois mil, duzentos e setenta e dois cruzeiros e dez centavos).

RELATOR: SEMIAO SOBRAL DE FARO

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

JOSE ROBERTO LUCON
Diretor Imobiliário

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA
Nº 267/74
Sessão nº: 615ª
Realizada em: 13.12.74

PROCESSO: 11662/74
ASSUNTO: O Diretor Imobiliário solicita autorização para construção de setenta casas, nos lotes disponíveis sitos à QE-15, Guará II.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando a exposição do Senhor Diretor Imobiliário, RESOLVE: desterminar a construção de 70 (setenta) casas, nos lotes disponíveis do Guará II, cujo custo total fica orçado em torno de Cr 4.922.214,50 (quatro milhões, novecentos e cinquenta centavos).
RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON

ENGº. DILSON CARLOS REHEM
DIRETOR SUPERINDENDENTE

FRANCISCO LUIZ DF BESSA LEITE
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
DIRETOR FINANCEIRO

JOSÉ ROBERTO LUGON
DIRETOR IMOBILIÁRIO

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DIRETOR TÉCNICO

Nº: 266/74

PROCESSO: 012556/74
ASSUNTO: O Diretor Imobiliário propõe a autorização para a construção de 17 (dezessete) blocos de apartamentos nas projeções 4, 5, 8, 9, 17, 20, 21, 24, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, e 16. da SQN 415/416.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando a exposição do Senhor Diretor Imobiliário, RESOLVE: determinar a construção de 17 (dezessete) blocos de apartamentos nas projeções 4, 5, 8, 9, 17, 20, 21, 24, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da SQN 415/416, cujo custo total fica orçado em torno de Cr 60.000.000,00 (sessenta nilhões de cruzeiros)
RELATOR: JOSÉ ROBERTO LUGON

ENGº DILSON CARLOS REHEM
DIRETOR SUPERINTENDENTE

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
DIRETOR ADMINITRATIVO

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
DIRETOR FINANCEIRO

JOSÉ ROBERTO LUGON
DIRETOR IMOBILIÁRIO

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DIRETOR TÉCNICO

Nº: 265/74

PROCESSO Nº: 12409/74
ASSUNTO: Trata da proposta da firma CONSULSEG, no sentido de firmar um contrato com a SHIS para redução de Seguro de Acidentes do Trabalho.
DECISÃO: A Diretoria, considerando o que consta do parecer do Relator, RESOLVE: Aprovar a proposta da CONSULSEG constante de fls. 01 e 02 e autoriza o Senhor Diretor Superintendente a assinar o contrato com aquela Empresa nos termos da Minuta de fls. 03 a 05, contrato este que tem a finalidade de redução da taxa de seguro de Acidente do Trabalho da SHIS.

RELATOR: FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

Resolução da Diretoria
Nº : 268/74 Sessão: 616ª Realizada em: 18.12.74
Processo nº: 12831/74

ASSUNTO: Contrução de dois blocos de apartamentos, localizados nas projeções 29 e 30 da SQDN 415/416, Brasília - Distrito Federal, objeto do Ec-13/74.

DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do Relator, Resolve: Adjudicar a construção da obra de dois blocos de apartamentos, localizados nas projeções 29 e 30, da SQDN 415/416, Brasília - Distrito Federal, à firma Construtora Marajá S.A. pelo valor de Cr$ 6.429.700,00 (seis milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e setecentos cruzeiros) e classificar em segundo lugar a firma Construtora Incom - Indústria e Comércio Ltda, que apresentou proposta no valor de Cr$ 6.444.993,60 (Seis milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e três cruzeiros e sessenta centavos).

RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
DILSON CARLOS REHEN
Diretor Superintendente
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

ATA DA 610º. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. — SHIS, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1974.

As 17:00 horas do dia 03 (três) de dezembro de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interêsse Social Ltda. - SHIS, sito no 3º. andar do Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se sob a presidência do Senhor Diretor Superintendente desta Sociedade, a 610ª reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame do único processo em pauta: Processo nº. 12570/74, que trata da construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados na SQN 415/416, projeções 25 e 26, objeto do EC—09/74,. DECISÃO: A Diretoria face a exposição do Relator, RESOLVE: Adjudicar a construção de dois blocos de apartamentos, localizados nas projeções 25 e 26, da SQN 415/416, Construtora ERG. Ltda., pelo valor de Cr$ 6.736.461,14 (seis milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e um cruzeiros e quatorze centavos) e classificar em segundo lugar a firma COENCISA — Cia. de Engenharia Civil que apresentou proposta no valor de Cr$ 6.971.000,00 (seis milhões, novecentos e setenta e um mil cruzeiros). RELATOR: Diretor LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente encerrada a Reunião da qual eu, (nome ilegível), Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros presentes e por mim subscrita.
DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
SIMEÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo

ATA DA 611a. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. SHIS, REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1974.

As 16:00 (dezesseis) horas do dia 04 (quatro) de dezembro de 1 974 (mil novecentos e setenta e quatro), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interêsse Social Ltda. - SHIS, sito no 3º andar do Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se sob a presidência do Senhor Diretor Superintendente desta Sociedade, a 611ª Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida ao exame do único

processo em pauta. Processo nº 11561/74, através do qual o Diretor Imobiliário propõe normas disciplinares das vendas de imóveis residenciais construídas e/ou adquiridos com recursos próprios. DECISÃO: A Diretoria considerando Relatório nº 09/74-DI, do Sr. Diretor Imobiliário, RESOLVE: Determinar que a venda de imóveis construídos quiridos com recursos próprios obedeça os critérios abaixo: 1. - DAS CONDIÇOES DE VENDAS E PRAZOS 1.1 - As vendas de imóveis residenciais construídos e/ou adquiridos com recursos próprios da SHIS, serão efetuadas mediante duas modalidades: à vista ou a prazo. Prazo - 1.2 Quando a prazo, a venda será efetivada por instrumento de Promessa de Compra e Venda, pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos. 1.3 - Não será admitida venda se o candidato à época da assinatura de Termo de Ocupação ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda, estiver respondendo a Inquérito Administativo e/ou a Inquérito ou a Processo Criminal. Poupança 1.4 - Fica estipulada uma poupança de 20% (vinte por cento) do valor do imóvel, podendo ser paga à vista ou em parcelamento de 30 meses, incidindo, neste último caso, juros de 5% (cinco por cento) a.a. sobre o saldo devido no ato de recebimento do prédio. Atraso de Poupança - 1.5 - O atraso em três prestações sucessivas da poupança, implicará em rescisão do Termo de Financiamento e, se for o caso, do Termo de Ocupação do Imóvel ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda, com perda das parcelas da poupança e do financiamento do imóvel. Devolução Poupança 1.6 - Antes do recebimento das chaves e desde que não tenha mais de 2 (duas) prestações atrassadas, a mesma será devolvida no caso de desistência, deduzindo-se, em favor da SHIS, 10% (dez por cento) do valor que o financiado pagou ou deveria ter pago até a data da formulação da desitência. Cessão de Direitos 1.7 - A Cessão de Direitos aquisitivos sobre os imóveis objeto desta Resolução, somente poderá ser feita com prévia anuência da SHIS. Redução Prazo e Aumento juros 1.8 - Nas legalizações de imóveis construídos e/ou adquiridos com recursos próprios da SHIS, provenientes de Cessão de Direitos ou transferência, o saldo devedor existente, devidamente corrigido pelo sistema da correção monetária, passará a render juros de 10% (dez por cento) a.a., pela Tabela Price, sendo o prazo de financiamento reduzido à metade do tempo que faltar para a liquidação do débito, cobrando-se a taxa de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor do cedente ou transmitente à época da regularização. Permuta 1.9 - Será admitida permuta entre imóveis residenciais adquiridos e/ou construídos com recursos próprios da SHIS, com anuência prévia da mesma, mediante pedido das partes interessadas dirigido à Diretoria Imobiliária. 1.10 - Pela operação da permuta a SHIS cobrará taxa de 5% (cinco por cento) sobre o saldo devedor dos imóveis permutados, não ocorrendo redução de prazo, nem modificação da taxa de juros, correndo as despesas de Cartório por conta da SHIS. 1.11 - A ausência de cessão de direitos e a autorização para perante a redistribuição de imóveis. serão realizadas, de forma expressa, pela Diretoria imóveis, serão realizadas, de forma expressa, pela Diretoria Imobiliária. Recebimento Novo Imóvel 1.12 - O promitente comprador de unidade habitacional construída e/ou adquirida pela SHIS com recursos próprios, poderá receber novo imóvel para o qual tenha se classificado regularmente em inscrição mediante devolução do anteriormente recebido, adotando-se os seguintes critérios a) Levanta-se o total pago da poupança e amortização (parcelas do financiamento) pago pelo interessado; b) Corrige-se o total encontrado pelo sistema da correção monetária; c) Se o valor corrigido for inferior a 20% (vinte por cento do valor do novo imóvel, a diferença deverá ser complementada no ato da assinatura do Termo de Ocupação ou do Compromisso de Compra e Venda. Porém, se o valor for superior aos 20% (vinte por cento) previstos no sub item 1.4, será, neste caso, o montante considerado como poupança. Redistribuição por Devolução 1.13- A redistribuição de unidade habitacional devolvida nortear-se-á pelas disposições desta e será o imóvel compromissado com servidor do Distrito Federal, inscrito e classificado para o tipo correspondente ao do prédio, conforme normas da Resolução nº 208/74-C.A. Seguro 1.14 - Os imóveis vendidos a prazo serão segurados pelos riscos previstos nas Apólices de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação. 1.15 - Em nenhuma hipótese serão realizadas as operações previstas nos subitem 1., 8, 1.9 e 1.12, desta desde que haja atraso no pagamento das parcelas de financiamento ou de poupança bem como, no caso da SHIS ter proposto ação judicial contra o interessado na operação. 2. DO VALOR DO IMOVEL 2.1. As vendas serão sempre realizadas pelo valor do imóvel, obtido através de atualização efetivada no momento imediatamente antecedente ao da operação de venda. 2.2 Caberá à Comissão de Avaliação, da SHIS, proceder a determinação dos valores dos imóveis e submetê-los à aprovação da Diretoria, para os fins da atualização prevista ao subitem anterior. 3. - DAS PARCELAS DO SALDO FINANCIADO. Parcela Mensal 3.1 - O valor do pagamento das parcelas mensais de imóveis vendidos será obtido pela fórmula: Pa = P + T + S; sendo : Pa - Parcela Mensal P - Prestação (Armotização + Juros). T- Taxa de Administração correspondente a 2% (dois por cento) da prestação (P), S- Prêmio de Seguro. Juros 3.2 A prestação (P) será calculada pela Tabela Price, com juros de 5% a.a. e prazo de 20 anos. Correção Monetária 3.3 - A aplicação de correção monetária no saldo devedor e nas prestações mensais de amortização e juros (P) será realizada 60 (sessenta) dias após cada aumento de salário mínimo, de acordo com o percentual de variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. 3.4 - O primeiro reajustamento far-se-á de acordo com a variação do percentual apurado entre a data da assinatura do contrato e a do primeiro aumento de salário mínimo. 3.5 - Para reajustamento do Prêmio do Seguro serão adotados os mesmos critérios de cálculos prasos e reajustamento das prestações. Quitação antecipada 3.6. Para efeito de quitação antecipada o saldo devedor será corrigido até a data do pagamento total. Amortização extraordinária 3.7 Será admitida amortização extraordinária, cujo montante não poderá ser inferior ao valor correspondente a 20 (vinte) prestações, a qual, a critério do mutuário, poderá ser utilizada na redução do número de prestações ou no valor destas. 3.8 - A amortização extraordinária será requerida à Diretoria Financeira, procedendo-se correção do saldo até a data do pagamento desta, sendo deduzido do saldo corrigido o valor da amortização. Atraso pagamento parcelas 3.9 - Além dos casos previstos no contrato, o não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, bem como de parcelamento concedido a débito existente, implicará em rescisão automática do Termo de Ocupação ou do Contrato de Promessa de Compra e Venda. Redistribuição por retomada 3.10 - A redistribuição de imóvel retomado em decorrência da rescisão do Termo de Ocupação ou do contrato de Promessa de Compra e Venda, regula-se pelas disposições contidas no subitem 1.13-4. DISPOSIÇOES FINAIS 4.1 - Ficam revogadas a Resolução da Diretoria nº 215/74 de 15.10.74 e Instruções nºs 10/73 a 16/73, bem como as demais disposições em contrário. Resolve, ainda, submeter a presente Resolução à superior homologação do Conselho de Administração. RELATOR: Diretor JOSE ROBERTO LUGON. Nada mais havendo a tratar, declarou o Senhor Diretor Superintendente encerrado a Reunião da qual eu, Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

)a.C.S.)

DILSON CARLOS REHEN
Diretor Superintendente

JOSE ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário

LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico

SEMIAO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro

FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo.

ATA DE 612a. REUNIÃO DA DIRETORIA DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 1974.

As 16 (dezesseis) horas do dia 06 (seis) de dezembro de 1974 (mil novecentos e setenta e quatro), no Gabinete da Superintendência da Sociedade de Habitações de Interêsse Social Ltda. -SHIS, sito no 3º andar do Edifício Sede, Setor Comercial Sul de Brasília, Distrito Federal, realizou-se sob a presidência do Senhor Diretor Superintendente desta Sociedade, a 612a. Reunião da Diretoria da SHIS. Aberta a sessão foi lida e aprovada a Ata da Reunião anterior, passando em seguida ao exame dos processos em pauta: 1º) Processo nº 12599/74, trata o presente processo da construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 22 a 23 da SQDN 415/416 -Brasília-DF, objeto do EC-10/74. DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: Adjudicar a construção de 02 (dois) blocos de apartamentos, localizados nas projeções 22 e 23 da SQDN 415/416, à firma construtora Incon Ltda, pelo valor de Cr$ 6.795,056,58 (seis milhões, setecentos e noventa e cinco mil cinquenta e seis cruzeiros e cinquenta e oito centavos), e classificar em segundo lugar a firma Mareisa Ltda, que apresentou proposta no valor de Cr$ 6.808.722,00 (seis milhões, oitocentos e oito mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros). RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. 2º) Processo nº 12385/74, trata da Apresentação do orçamento pela firma Agroenge-Agropecuária e Engenharia Ltda, referente à obra de construção de 01 (um) galpão para depósito no trecho 06 do SIA - DISTRITO FEDERAL. DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: a) Autorizar a firma Agroenge - Agropecuária e Engenharia Ltda, refazer os serviços até então executados na obra acima, pelo valor proposto. b) Conceder uma prorrogação em seu prazo contratual de 23 (vinte e três) dias. c) Enviar o presente processo ao Serviço Jurídico, para confeccionar o aditivo contratual no valor de Cr$ 57.085,09 (cinquenta e sete mil, oitenta e cinco cruzeiros e nove centavos). RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. 3º) Processo nº 10353/74, trata o presente processo da aplicação de multa contratual por atraso na entrega da obra de construção de 366 (trezentos e sessenta e seis) unidades habitacionais, localizadas no Setor L Norte III - Taguatinga - Distrito Federal à firma SANCOL LTDA. DECISÃO: A Diretoria, face a exposição do Relator, resolve: cobrar a diferença no valor de Cr$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos cruzeiros) da firma SANCOL LTDA, valor esse encontrado na diferença entre o valor da multa já aplicada e o valor da multa real. RELATOR: LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS. 3º) Processo nº 12593/74, trata-se de simples remanejamento no orçamento vigente da empresa, tendo em vista a necessidade de enquadrar os resíduos orçamentários nos subelementos carentes de recursos para o encerramento do exercício. DECISÃO: A Diretoria, acatando o parecer contido no relatório nº 027/74, e considerando a necessidade de enquadrar os resíduos orçamentários nos subelementos carentes de recursos para o encerramento do exercício, RESOLVE: Aprovar o remanejamento ora proposto ou seja: DESPESA DO PESSOAL - retirar de: 3.1.1.01.04 - GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO - Cr$ 90.000,00 - 3.1.1.02.03 - SUBSTITUIÇÕES - Cr$ 35.000,00 e incluir em: 3.1.1.02.09 - SALÁRIO DO PESSOAL REGIDO PELA CLT - Cr$ 125.000,00. SERVIÇOS DE TERCEIROS - retirar de: 3.1.3.04 - FRETES E CARRETOS - Cr$ 50.000,00 - incluir em: 3.1.3.99 - SERVIÇOS DIVERSOS - Cr$ 50.000,00 - retirar de: 3.1.3.05 - PASSAG. TRANSP. DE PESSOAS E S/BAG.HO. - Cr$ 30.000,00 - incluir em: 3.1.3.09 - LOCAÇÃO IMÓVEIS-Cr$30.000,00- retirar de: 3.1.3.18- REPAROS DE CONSERVAÇÃO DE VEICULOS- Cr$ 10.000,00 - incluir em: 3.1.3.10 - LOCAÇÃO DE VEICULOS - Cr$ 10.000,00. ENCARGOS DIVERSOS - retirar de: 3.1.4.09 - SEGUROS DE BENS - 6.000,00 - incluir em: 3.1.4.08 SEGUROS PESSOAIS - Cr$ 6.000,00 ; DESPESAS DE CAPITAL - retirar de: 4.1.4.99 - DIVERSOS - Cr$ 80.000,00 - incluir em: 4.1.4.21 - DECORAÇÃO DE APARTAMENTOS FUNCIONAIS Cr$ 80.000,00. RELATOR: SEMIÃO SOBRAL DE FARO. 5º) Processos número 10925/74, trata dos Aditamentos aos contratos de construção de unidades habitacionais nos Setores L-Norte I e II de Taguatinga e Ceilândia. DECISÃO: A Diretoria, acatando proposição do relator através do Relatório nº 028/74, RESOLVE: 1 - Aditar ao contrato de construção de 337 casas no Setor L-Norte I de Taguatinga, celebrado em 05.12.72, com a Construtora Gonçalves Soares Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 324.291,37 (trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e noventa e hum cruzeiros e trinta e sete centavos); 2 Aditar ao contrato de construção de 317 casas no Setor L-Norte I de Taguatinga, celebrado em 05.12.72 com a Construtora Araçatuba Ltda. o reajustamento no valor de Cr$ 335.315,81 (trezentos e trinta e cinco mil, trezentos e quinze cruzeiros e oitenta e hum centavos); 3- Aditar ao contrato de construção de 328 casas no Setor L-Norte I de Taguatinga, celebrado em 20.12.72 com a firma Ecocil Empresa de Construção Civis Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 27^ 804,47 (duzentos e setenta mil, c. ocentos e quatro cruzeiros e quarenta e sete centavos); 4 - Aditar ao contrato de construção de 335 casas no Setor L-Norte I de Taguatinga, celebrado em 20.12.72 com a firma Ecocil - Empresa de Construções Civis Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 368.452,90 (trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros e noventa centavos); 5 - Aditar ao contrato de construção de 366 casas no Setor L-Norte I Taguatinga, celebrado em 21.12.72 com a firma Setenge - Serviços Técnicos de Engenharia e Empreendimentos Gerais Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 373.972,43 (trezentos e setenta e três mil, novecentos e setenta e dois cruzeiros e quarenta e três centavos); 6 - Aditar ao contrato de construção de 367 casas no Setor L-Norte II de Taguatinga, celebrado em 21.12.72 com a firma Itaeté Engenharia Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 882.295,38 (oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco cruzeiros e trinta e oito centavos); 7 - Aditar ao contrato de construção de 371 casas no Setor L-Norte II de Taguatinga, celebrado em 21.12.72 com a firma Itaeté - Engenharia Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 883.104,02 (oitocentos e oitenta e três mil, cento e quatro cruzeiros e dois centavos); 8 - Aditar ao contrato de construção de 238 casas na Ceilândia, celebrado em 27.04.73 com a firma Sancol - Saneamento e Construções Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 194,900,96 (cento e noventa e quatro mil, novecentos cruzeiros e noventa e seis centavos); 9 - Aditar ao contrato de construção de 408 casas na Ceilândia, celebrado em 27.04.73 com a firma Meson Engenharia Ltda, o reajustamento no valor de Cr$ 435.804,93 (quatrocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e quatro cruzeiros e noventa e três centavos); 10 - Determinar ao Serviço Jurídico desta Sociedade a elaboração dos aditivos propostos. 11 - Em seguida, enviar a Divisão Financeira da SHIS, que deverá providenciar e remeter ao BNH os elementos necessários à elaboração dos planos de venda e retorno, tendo em vista o que estabelece o item 7 da RD-42/73. RELATOR: SEMIÃO SOBRAL DE FARO. Nada mais havendo a tratar, declarou o senhor Diretor Superintendente encerrada a Reunião da qual eu, ..., Secretário, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, vai subscrita por mim e assinada pelos membros presentes.

DILSON CARLOS REHEM
Diretor Superintendente
LAURO FARANI PEDREIRA DE FREITAS
Diretor Técnico
SEMIÃO SOBRAL DE FARO
Diretor Financeiro
JOSÉ ROBERTO LUGON
Diretor Imobiliário
FRANCISCO LUIZ DE BESSA LEITE
Diretor Administrativo.

NA ETERNA VIGILANCIA DAS ÁRVORES, REPOUSAM A PAZ, O AMOR E O PROGRESSO.

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº. 92/74 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1974

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º., do Decreto nº. 2 461, de 11 de dezembro de 1973,
RESOLVE:
Conceder ao servidor OSWALDO XAVIER DA SILVA, Escriturário, Nível 08—A, matrícula nº. 2 226, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal a gratificação de Representação de Gabinete, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento da Fundação em Comissão, Símbolo FC—10, de Chefe da Seção de Material e Transporte, do Serviço de Administração da Procuradoria Geral.
Brasília, 27 de dezembro de 1974.
PEDRO JOSÉ XAVIER MATOSO
Procurador Geral

2a. SUBPROCURADORIA-GERAL
ATOS DO PROCURADOR-CHEFE

PROCESSO Nº: 30.500/74.
INTERESSADO: ZUPA REFRIGERANTES LTDA.
ASSUNTO: Requer reexame de débito.

Indefiro o pedido. O crédito fiscal, segundo entendimento do Distrito Federal firmado em Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, insterposto em Agravo de Instrumento nº. 243 é incindível, indisvisível.
Ao ser constituido, tributos e multas se fundem para formar o débito fiscal ou crédito da Fazenda Pública.

Uma vez constituidos definitivamente, pela sua inscrição em Dívida Ativa, são, por disposição legal do art. 7º da lei 4357/64 e art. 199 do Decreto-Lei 82/66 atualizados monetariamente,de modo a evitar que,o desleixo do contribuinte retardatário, não implique em proveito próprio.

A multa fiscal é uma pena pecuniária que objetiva reparar infração à lei ou ao regulamento. Seu gravame guardá equilibrio com a infração proporcionando-a à sonegação cometida segundo a regra geral do nosso sistema tributário.

Ora, se o valor do tributo deve ser atualizado monetariamente, para que a desvalorização da moeda não o atinja, assim também a multa que foi imposta com base no valor do tributo sonegado não pode ser atingida sob pena de perder sua representatividade cominatória.

Ante o exposto e especialmente com base no art. 199 do nosso Código Tributário "os tributos e multas não recolhidos nos prazos regulares, terão seu valor corrigido monetariamente", segundo os coeficientes aplicados pelas repartições fiscais.

BRASILIA, 13 de dezembro de 1974.

Dr. LUIZ CARLOS BOAVENTURA NEVES
2º Subprocurador-Geral-Substituto.

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do **DISTRITO FEDERAL:**

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach. Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCÊS - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo.

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ-303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

BANCA AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO - AV. W-3, Quadra 510 - Entre os blocos B e C.

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
AVISO Nº 075/74-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaia de Administração do Distrito Federal, torna pública a relação nominal dos 30 (trinta) servidores que concluíram o Curso de Administração de Material para os órgãos da Administração Indireta, Fundações e Órgãos relativamente autônomos, instituído pelo Edital nº 116/74-CEST

Nº DE ORDEM
001 Alonso Novais Ferro
002 Antonio Carlos Amancio da Silva
003 Cesar Felício Prata
004 Cesar Penna Lacombe
005 Dalmo Luiz de Oliveira
006 Deusanita Borges da Silva
007 Edvaldo Rodrigues da Silva
008 Francisco Bronze Malenha
009 Francisco Paulo Martins da Silva
010 Francisco Rodrigues de Oliveira
011 Francisco Vieira Sobrinho
012 Gerson Gomes Moreira
013 Gilson Moyses Santos
014 Henrique Silva Barbosa
015 João Nilo de Abreu Lima
016 Josias Gomes da Silva
017 Léo Marques Póvoa
018 Marcus Antonio Bittencourt
019 Maria Lúcia Prates Lafetá Borges
020 Mário Moreira
021 Marize Dias Ribeiro
022 Miguel Silvério Chaves
023 Otaviano Ayres da Fonseca
024 Paulo Cardozo
025 Paulo de Tarso Luiz
026 Reynaldo Pedro Belém
027 Romulo José de Araújo
028 Rui Barbosa de Campos
029 Sebastião dos Reis Aguiar
030 Uirá Matos Mineiro.

Brasília, 23 de de dezembro de 1974
AGUINALDO DE CAMPOS NETTO
Diretor Substituto

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
EDITAL Nº 009/74-CA

CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, DE PROPRIEDADE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, faz público que das 8.00 às 11.00 horas do 30º (trigésimo) dia a partir da publicação deste Edital no "DISTRITO FEDERAL" - Órgão Oficial do poder Executivo do Distrito Federal, na Divisão do Material de Consumo, SIA trecho 04 lote 1380/400, à Comissão de Alienação presidida pelo seu Presidente, receberá propostas para venda, pela Companhia, de diversos equipamentos considerados inserviveis, de propriedade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, conforme anexo único, mediante as condições do presente Edital.
Na hipótese do 30º (trigésimo) dia recair em sábado, domingo ou feriado, a Concorrência será realizada no 1º (primeiro) dia útil subsequente.
1.0 - DOS QUE PODEM PARTICIPAR
1.1 - Poderão apresentar propostas quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, que atenderem as condições estabelecidas no presente Edital.
2.0 - DAS PROPOSTAS
2.1 - As propostas deverão ser datilografadas, em três vias, com clareza, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, preenchidas de acordo com a minuta que se encontra a disposição dos interessados na Secretaria da Comissão de Alienação na Divisão do Material de Consumo, SIA Trecho 04 lote 1380/400.
2.2 - Cada proposta deverá referir-se apenas a um lote, contendo o preço proposto em algarismo e por extenso.
2.3 - O preço oferecido pelo proponente deverá ser para o lote todo, não se admitindo a sua subdivisão em nenhuma hipótese.
2.4 - A proposta de que trata o item 2.0 deverá ser acompanhada de:

QUANDO SE TRATAR DE PESSOA FÍSICA
a - 1a. (primeira) via do recibo de caução de que trata o item 3.0;
b - Fotocópia devidamente autenticada do documento de identidade.

QUANDO SE TRATAR DE PESSOA JURÍDICA
a - 1a. (primeira) via do recibo de caução de que trata o item 3.0;
b - prova de existência legal e declaração indicando o responsável pela retirada do lote, juntando fotocópia devidamente autenticada do documento de identidade.
PARÁGRAFO ÚNICO - No caso do licitante pretender adquirir mais de 1 (um) lote, poderá apresentar os documentos exigidos e os recibos de cauções relativos aos demais lotes pretendidos no envelope que contiver a primeira (1a.) proposta.
2.5 - O concorrente, no dia, hora e local aquí fixado deverá apresentar sua documentação e **sua proposta, em invólucro fechado, contendo em sua parte externa e fronteira, os dizeres:**
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP - CON-**CORRÊNCIA Nº 009/74-CA - com indicação do respectivo lote.**
2.6 - Não serão tomadas em consideração as propostas:
a - que contiverem emendas, borrões ou rasuras;
b - cujo preço proposto não for expressamente declarado;
c - que não comprometer a adquirir a totalidade do lote;
d - quando o preço proposto, for inferior ao estabelecido no anexo único;
e - que não estiverem de acordo com as condições do presente Edital, inclusive o modelo da proposta;
f - que não forem assinadas pelos representantes legais ou Procuradores, em se tratando de pessoa jurídica, e pelo proponente em se tratando de pessoa física.

3.0 - DA CAUÇÃO
3.1 - A participação na Concorrência de depósito de caução na Tesouraria da NOVACAP, de taxa de 10% (dez por cento) sobre o valor de cada lote, e, deverá referir-se apenas a um **lote, em moeda corrente, mediante guia a ser fornecida pela Diretoria Financeira.**
3.2 - Conhecidos os resultados da Concorrência e a ordem de classificação dos licitantes, de acordo com o critério deste Edital, as cauções serão devolvidas àqueles que não obtiverem adjudicação, mediante requerimento à Comissão de Alienação, excecão feita as cauções correspondentes aos vencedores.
3.3 - As cauções relativas aos vencedores serão deduzidas do valor total do lote.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

4.0 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS
4.1 - O recebimento das propostas será iniciado no dia, hora e local previsto neste Edital, pela Comissão de Alienação, devendo os trabalhos obedecer a seguinte ordem:
4.1.1 - Na presença dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir, serão recebidos os envelopes apresentados devidamente fechados, os quais serão de acordo com a apresentação ao Senhor Presidente da Comissão;
4.1.2 - Após o Presidente da Comissão ter declarado encerrado o prazo de recebimento das propostas, nenhuma outra será recebida, nem tampouco serão permitidos adendos, acréscimos ou esclarecimentos às mesmas, que venham alterar seu conteúdo original;
4.1.3 - Os membros da Comissão, e os proponentes que desejarem, rubricarão as folhas das propostas e demais elementos anexos.
4.1.4 - Da reunião para recebimento e abertura das propostas, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual as ocorrências ficarão minuciosamente registradas, devendo a mesma ser assinada pela Comissão e pelos proponentes que desejarem.
4.1.5 - Toda e qualquer declaração apresentada pelos proponentes, deverá constar obrigatoriamente da ata, devendo a mesma ser assinada pelos membros da Comissão e pelos declarantes.
PARÁGRAFO ÚNICO - Ficará sem direito de interpor - qualquer recurso o declarante que se recusar a assinar a ata, ficando neste caso sem validade a declaração por ele apresentada.

5.0 - DO JULGAMENTO
5.1 - O julgamento das propostas será feito pela Comissão de Alienação.
5.2 - O critério de julgamento será baseado no preço, sendo a adjudicação em consequência, conferida ao proponente que oferecer o maior preço.
5.3 - Os casos de empate serão resolvidos pelas disposições do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, aplicáveis a espécie.
5.4 - Feita a classificação dos concorrentes pela Comissão de Alienação, será encaminhado o processo à Diretoria Administrativa da NOVACAP, com relatório indicando as propostas mais vantajosas para a Companhia.

6.0 - DO PAGAMENTO E RETIRADA DOS LOTES
6.1 - Após a homologação da Concorrência pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP e seu resultado publicado no "DISTRITO FEDERAL" Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal e outros veículos da imprensa local, os vencedores da licitação terão o prazo de 10 (dez) dias para apresentarem-se à Diretoria Financeira, a fim de providenciarem o pagamento do preço proposto, deduzidos os valores caucionados.
6.2 - O pagamento será à vista, sendo necessário a apresentação da guia de pagamento para a retirada do lote adquirido.
6.3 - Após cumpridas as exigências dos ítens anteriores, o adquirente terá o prazo de 05 (cinco) dias para retirar o lote adquirido.
6.4 - Decorrido este prazo, ficará o comprador sujeito à taxa armazenamento de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros), por dia de atraso por lote.

7.0 - DO EXAME
7.1 - Os materiais poderão ser examinados na Divisão do Material de Consumo da NOVACAP, situada no SIA, no horário de expediente de 8,30 às 11,30 e das 14,30 às 17,30 horas, de segunda a sexta-feira.

8.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - A NOVACAP se reserva o direito de anular no todo ou em parte (lote) a presente licitação, sem que com isso caiba aos licitantes o direito a indenização ou reclamação de qualquer espécie.
8.2 - Todas as despesas decorrentes da retirada dos materiais, correrão por conta do adquirente, bem como aquelas que se fizerem necessárias à transferência de propriedade.
8.3 - O não cumprimento das exigências contidas no ítem 6.1, implicará em perda da caução, dando em consequência, direito a NOVACAP, de convocar o segundo colocado, desde que o mesmo se comprometa a pagar o preço proposto pelo classificado em primeiro lugar, e ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias após a sua convocação, para as providências necessárias.
8.4 - Os materiais serão entregues aos vencedores no estado em que se encontram.
Comissão de Alienação na Divisão do Material de Consumo situada no Setor de Indústria e Abastecimento, no horário de expediente, de 8,30 às 11,30 e das 14,30 às 17,30 horas, de segunda a sexta-feira.
8.6 - Os casos omissos serão julgados pela Comissão no ato da Licitação ou em reunião posterior, se assim a mesma julgar necessário.
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA Nº 009/74-CA

LOTE	CADASTRO NOVACAP	DISCRIMINAÇÃO	VALOR MÍNIMO
01		01 (um) Equipamento de Serra novo com os seguintes acessórios: (sem Uso) Engenho de Serra de fita modelo "G" com volantes de 1800 m/m s/carro T PESADO - com 4 Garras de Fixação e 4 Rodados, equipado com guincho reversor Hidráulico e cabo de aço sem motor correias e lâminas marca SCHIFFER	
		Completo conjunto de afiação de lâminas SCHIFFER, totalmente motorizado marca SCHIFFER	
		Máquina para chamfrar lâminas, motorizada com motor de 0,75 CV, marca SCHIFFER.	
		Macaco virador de toras comando hidráulico com motor de 7,5 CV, marca - SCHIFFER.	
		Motor elétrico trifásico arno de 100 CV-60 HZ 220/380/440/750 6 polos	
		VALOR DO CONJUNTO	180.000,00
02	121306	01 (um) Micro Trator marca GUDBROD	800,00
03	121309	01 (um) Micro Trator marca GUDBROD	800,00
04	121308	01 (um) Micro Trator marca GUDBROD	800,00
05	121307	01 (um) Micro Trator marca GUDBROD	800,00
06	122253	01 (uma) Pá mecânica "CASE-320", incompleto, sem motor, no estado em que se encontra.	1.500,00
07	122252	01 (uma) Pá mecânica "CASE" nº Fabricação 6099421 no estado em que se encontra.	5.000,00
08		01 (um) Trator reboque marca International HAVESTER nº 0107 v.	2.500,00
09	-	01 (um) Grupo Gerador Marca DAIMLER BENZ T/M 202/8, motor 8504141, com painel	7.000,00
10	-	01 (um) Grupo Gerador Marca GM Diesel - cód. 13242 - 50 KVA.	7.000,00
11	-	01 (um) Gerador de solda com motor Power Diesel SIMMS, desmontado, incompleto.	2.000,00
12	-	01 (um) Transformador de força marca LBM KVA.	800,00
13	092266	01 (uma) Guilhotina para papel, marca LAVRÊTI sem motor	200,00
14	-	01 (um) Conjunto para câmara frigorífica com motores - 01 de 5 HP e 2 de 1/4, incompleto, marca FRIGIDAIRE.	1.000,00
15	-	01 (uma) Centrífuga para óleo Diesel, com motor	400,00
16	-	01 (uma) Máquina de solda LINCOLN SHIELD ARC WELOER - série A 392433 1400 RPM - Cód. 3915 no estado em que se encontra	1.000,00
17	131079	01 (um) Motor elétrico WESTINGHOUSE - OBS: Cadastro antigo	750,00
18	131080	01 (um) Motor elétrico WESTINGHOUSE - OBS: Cadastro antigo	750,00
19	-	01 (um) Motor estacionário marca - INDUMAS, DIESEL, incompleto.	400,00
20	00260	01 (uma) Turbina Hidráulica, desmontada, com 01 gerador de 25 KVA, com painel também desmontado-220 volts	2.000,00
21	-	12 (doze) Motores elétricos, vibradores de concreto incompleto.	1.000,00
22	-	01 (um) Motor de barco, marca JOHNSON, mod. RDL 19. incompleto	1.000,00
		TOTAL	Cr$ 217.700,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 1,00